



UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**

Catarina Almeida Santos

**A LUTA CONTRA O TERROR E O COMBATE  
PANDÉMICO À LUZ DA ANÁLISE CRÍTICA DO  
DISCURSO**

**ANÁLISE DE PADRÕES DISCURSIVOS COMO  
ESTRATÉGIA NA POLÍTICA DOS EUA**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais –  
Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento orientada pelo  
Professor Doutor Luís Guilherme dos Santos Marques Pedro e  
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de  
Coimbra**

Outubro de 2021



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Catarina Almeida Santos

# A luta Contra o Terror e o Combate Pandémico à luz da Análise Crítica do Discurso: análise de padrões discursivos como estratégia na política dos EUA

Dissertação no âmbito de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre

Orientador: Prof. Doutor Luís Guilherme dos Santos Marques Pedro

Coimbra, 2021

## Agradecimentos

---

Elaborar uma dissertação de Mestrado é um processo indubitavelmente complexo e trabalhoso, especialmente num contexto pandémico imprevisível e cheio de obstáculos académicos, profissionais, psicológicos e pessoais, como foi o que temos vivido até à atualidade. Ainda assim, não deixo de ver o meu percurso académico com bons olhos e de me sentir grata pelo meu privilégio, pela minha experiência e oportunidades e pelas pessoas que melhoraram o meu processo ou tornaram o mesmo menos difícil.

À minha família, nomeadamente, à minha mãe Maria Júlia Santos, ao meu pai Artur Santos e ao meu irmão Nuno Santos. Pelo suporte incondicional, pelo carinho e compreensão. Por acreditarem em mim e por me motivarem sempre, direta e indiretamente. Pelo apoio para continuar a estudar e pelos gestos, grandes e pequenos, que me acompanham sempre. Obrigada.

Aos meus amigos, especialmente à Ana Santos, pelo suporte emocional, inspiração constante e ajuda incansável a todos os níveis, académico, mental e pessoal. À Carla Marques por estar sempre presente, por me ter ouvido e ajudado sempre a continuar. Obrigada por nunca terem deixado o meu lado e serem como irmãs para mim. À Mariana Marques, à Maria João Andrade e à Liliana Quaresma por, igualmente, terem escutado as minhas frustrações, terem acompanhado o meu processo por muito longe que estivessem. Ao Afonso Pourfarzaneh, por ter partilhado por me ter auxiliado académica e pessoalmente, por me ter feito sentir menos sozinha partilhando das mesmas frustrações que eu. Ao Miguel Carvalheira e à Jéssica Freitas por me terem também acompanhado e por me terem ajudado a sair da minha zona de conforto.

À minha família e amigos, por servirem todos de exemplo a nível académico e/ou pessoal. Por me ajudarem a ultrapassar esta fase. Por acreditarem sempre mais em mim que eu mesma.

Por fim, à Professora Doutora Teresa Cravo por ter acompanhado a minha dissertação e ter servido quase como orientadora. Ainda que tenha conhecido condições adversas e complicadas, a professora nunca deixou de se demonstrar disponível e de me ajudar de maneira crucial.



## Resumo

---

Entre os eventos internacionais, dois dos mais transformativos a nível estrutural de um Estado e de uma sociedade são as pandemias e os ataques terroristas. Não só devido ao acontecimento em si, mas às consequências severas que se prolongam durante um longo período e acabam por despoletar mudanças nos paradigmas sociais, governamentais e económicos internacionais. O processo de adaptação por parte dos Estados e sociedades pode, contudo, ser acompanhado por discursos que proliferam e mantêm determinados cenários e narrativas com intenções específicas por parte das elites políticas.

Com a presente dissertação de mestrado é exposto como são sustentadas narrativas construídas pelos EUA a partir de discursos políticos demonstrando que esta tipologia discursiva e de criação narrativa encontra um padrão discursivo específico quando existe uma vulnerabilidade internacional. Pretendemos, portanto, compreender como este padrão discursivo é verificado a partir da Análise Crítica do Discurso aplicando técnicas selecionadas da abordagem a dois casos práticos – *War On Terror* (WOT) e a pandemia gerada pelo vírus da COVID-19. A mais recente pandemia gerada pelo vírus da COVID-19 veio quebrar as estruturas da sociedade global incluindo os setores da economia, os serviços de saúde e a comunidade científica (Drezner, 2020). Já existiram doenças de fácil e rápido contágio e como a maioria delas chegam a ser previsíveis.

Desta vez, aparentemente, ninguém previa uma condição desta dimensão nem o trabalho que a mesma daria à comunidade científica. Os efeitos que a COVID-19 tem conhecido até agora encontram semelhanças com o contexto pós-11 de setembro no que respeita ao sentimento de terror, medo, necessidade de resposta e difusão política. Neste sentido, numa atualidade com enorme acesso à informação e num contexto político tão decisivo, é relevante observarmos como as potências internacionais se comportam e que influência têm através do discurso, nomeadamente, os EUA.

**Palavras-Chave:** Análise Crítica do Discurso, Discursos políticos dos EUA, COVID-19, Guerra contra o Terror.



## Abstract

---

Among international events, two of the most transformative regarding the structural level of a State and a society are pandemics and terrorist attacks. Not only due to the event itself, but the severe consequences that last for a long period of time and end up triggering changes in international social, governmental and economic paradigms. The adaptation process by States and societies can, however, be accompanied by discourses that proliferate and maintain certain scenarios and narratives with specific intentions by political elites.

With this master's thesis it is exposed how narratives constructed by the USA are supported with political discourses demonstrating that this discursive typology and narrative creation meets specific discursive patterns when the international system finds vulnerability. We intend, therefore, to understand how this discursive pattern is verified from the Critical Discourse Analysis' perspective, applying selected techniques from the approach to two practical case studies – War On Terror (WOT) and the pandemic generated by the COVID-19 virus. The most recent pandemic generated by the COVID-19 virus has broken and shaken the structures of global society including the sectors of the economy, health services and the scientific community (Drezner, 2020). There have been diseases of easy and fast infection and how most of them are even predictable.

This time, apparently, no one foresaw a condition of this dimension or the work it would give to the scientific community. The effects that COVID-19 has known so far find similarities with the post-9/11 context in terms of the feeling of terror, fear, need for response and political diffusion. In this sense, in a current situation with enormous access to information and in such a decisive political context, it is important to observe how international powers behave and what influence they have through discourse, namely, the USA.

**Keywords:** Critical Discourse Analysis, US Political Speeches, COVID-19, War On Terror.



## **Lista de siglas**

---

ACD – Análise Crítica do Discurso

CIA – Central Intelligence Agency

EUA – Estados Unidos da América

NATO – North Atlantic Treaty Organization

WOT – War On Terror

WTC – World Trade Center



# Índice

---

Agradecimentos .....	i
Resumo .....	iii
Abstract .....	v
Lista de siglas .....	vii
Índice .....	ix
Índice de figuras .....	xi
<b>1. Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>1.1. Temática e Problemática.....</b>	<b>2</b>
<b>1.2. Pergunta de Partida.....</b>	<b>2</b>
<b>1.3. Delimitação da Investigação: Tempo e Espaço .....</b>	<b>3</b>
<b>1.4. Metodologia .....</b>	<b>3</b>
<b>1.5. Justificação Teórico-Methodológica.....</b>	<b>4</b>
<b>1.6. Objetivos e visão geral da estrutura do trabalho.....</b>	<b>5</b>
<b>2. Revisão Literária .....</b>	<b>7</b>
<b>2.1. Nota Introdutória dos Conceitos .....</b>	<b>7</b>
<b>2.2. Os conceitos de poder, o domínio social e as relações hegemónicas.....</b>	<b>8</b>
<b>2.3. O poder social.....</b>	<b>9</b>
<b>2.4. O conceito de Discurso .....</b>	<b>11</b>
<b>2.5. O Discurso e o Poder – Noções da Análise Crítica do Discurso .....</b>	<b>13</b>
<b>2.6. A abordagem da Análise Crítica do Discurso .....</b>	<b>15</b>
<b>3. American Exceptionalism: Quem é a Exceção? .....</b>	<b>19</b>
<b>3.1. Definições.....</b>	<b>19</b>
<b>3.2. Da ideologia à política.....</b>	<b>21</b>
<b>3.3. As faces do Excepcionalismo Americano na política.....</b>	<b>22</b>

3.4.	Da identidade ideológica à construção da política (securitária).....	26
4.	Guerra contra o Terror e combate à COVID-19: o que está em jogo?.....	29
4.1.	Construção de identidades .....	29
4.2.	Construção discursiva de um <i>special status</i> .....	31
4.3.	A construção discursiva dos eventos como guerras.....	36
5.	Discussão e Conclusões .....	41
5.1.	Discurso e Securitização .....	41
5.2.	Efeitos dos discursos securitários no contexto do 11 de setembro e da COVID-19.....	43
5.3.	Considerações finais .....	46
	Referências Bibliográficas .....	49

## Índice de figuras

---

**Figura 1** - Ilustração simplificada do processo de securitização com ênfase no papel . 43



# 1. Introdução

---

Numa era cada vez mais politizada caracterizada pelos seus avanços digitais e dinamização de informação, é natural que fenómenos e perspetivas políticas sejam criados a partir de um mundo social que é constituído pelo que Archetti (2013) chama de “overlapping networks of relationships”. Estas, a partir essencialmente do discurso e informação disponível, formulam quem somos, a nossa identidade e como escolhemos (direta ou indiretamente) ver o mundo (Archetti, 2013). Esta lógica aplica-se a um nível mais doméstico (como trocas de opiniões entre pessoas), assim como se aplica ao seio profissional (como meios de comunicação, discursos políticos e plataformas informativas) (Kavoori & Fraley, 2006). Quando o mundo ou um conjunto de Estados partilham uma tragédia ou vulnerabilidade internacionais, observamos um maior investimento e acompanhamento destes meios profissionais, no entanto, é necessário não abandonar um espírito crítico e questionar de que maneira os discursos e métodos políticos são utilizados nestas situações.

Os ataques ao World Trade Center (WTC) e ao Pentágono no ano de 2001 foram acontecimentos estruturalmente revolucionários em termos do que até ao momento se considerou “terrorismo” segundo as escolas teóricas e estudos da comunicação social (Kelsey, 2015). Estes ganharam um carácter simbólico não só pelas atrocidades cometidas e o seu impacto, mas devido às narrativas políticas que se seguiram e à mudança de paradigma internacional. Da mesma maneira, com a atual pandemia gerada pelo vírus SarS-COV-2 e as suas consequências, temos vindo a observar a possibilidade de mudança do paradigma internacional existindo uma “anarquia mediática” com uma enorme dinamização de informação e discursos científicos e sociais diferentes (Omizzolo & Sodano, 2020).

Tanto a guerra contra o terrorismo como o combate à atual pandemia e os respetivos discursos políticos parecem relevantes para os estudos da análise de discurso e do papel destes no *decision-making* da política dos Estados Unidos da América (EUA) para demonstrar como a vulnerabilidade e uma construção de determinadas narrativas pode

alterar significativamente o rumo do sistema internacional e, mais importante, que este argumento pode ser verificável através da análise de padrões discursivos.

## **1.1. Temática e Problemática**

Considerando que as estratégias discursivas no seio político são do interesse da investigadora e que, a temática se considera pertinente ao nível de investigação científica, a escolha do tema prendeu-se com a necessidade inicial de entender com que finalidade os Estados Unidos da América utilizam estratégias discursivas políticas em momentos de fragilidade internacional. No que respeita à pesquisa nas Ciências Sociais, Homan refere que “os princípios éticos são estabelecidos com base numa forte dose de interesse profissional egoísta” (1991: 3). Assim, reconhecendo as minhas exaltações pessoais e considerando a legitimidade do tema, a minha escolha surgiu com base no desafio de compreender, a partir de dois momentos de vulnerabilidade internacionais diferentes, como os Estados Unidos fazem uso de estratégias discursivas específicas com intenção de ter benefícios extraordinários.

Os critérios de escolha do tema dependem sempre das perspetivas do investigador e do contexto do mesmo, no entanto, qualquer investigação tem por ponto de partida uma situação considerada como problemática, isto é, que causa um mal-estar, uma irritação, uma inquietação, e que, por consequência, exige uma explicação ou pelo menos uma melhor compreensão do fenómeno observado (Eco, 2007).

## **1.2. Pergunta de Partida**

Um dos maiores desafios que qualquer análise sobre discursos políticos enfrenta é o de estreitar definições, considerando que existem inúmeras interpretações diferentes sobre o significado, as intenções e influência dos discursos políticos.

Ao longo do processo de pesquisa sobre análises discursivas, nota-se uma lacuna de investigação sobre padrões discursivos na política em contextos de vulnerabilidade internacional – especialmente no contexto dos Estados Unidos da América e a maneira como estes padrões são utilizados/reproduzidos. Estes padrões discursivos na política dos EUA têm sido cada vez mais identificáveis especialmente com a mais recente pandemia global que veio a mudar a vida de toda a gente, a nível real e conceptual. Desde o que o estado causado pelo vírus Sars-Cov-2 foi intitulado como “pandemia global”, foi

rapidamente estudado a partir das ciências sociais e muitos autores previram uma rutura no *status quo* internacional e naquela que seria a ordem mundial no futuro.

O presente trabalho analisa dois momentos de vulnerabilidade para os EUA com dois casos práticos, com o objetivo de confirmar se efetivamente existe um padrão discursivo quando o país se depara com uma ameaça internacional e com que intenções é utilizado.

Tendo estas considerações presentes, o propósito metodológico desta dissertação é o de responder diretamente à seguinte questão de partida: “Sob que condições se verifica um padrão discursivo entre o contexto da pandemia e o que foi feito do terrorismo enquanto ameaças internacionais?”.

### **1.3. Delimitação da Investigação: Tempo e Espaço**

Umberto Eco revela como “a primeira tentação do estudante é fazer uma tese que fale de muitas coisas” (2007: 35). Em concordância e, a fim de tornar a temática mais clara e objetiva facilitando o processo de investigação, é fulcral estreitar o objeto de estudo e abordagem adotada. Deste modo, o presente trabalho focou-se na comparação de discursos e momentos discursivos políticos (como afirmações através de redes sociais) dos ex-Presidentes George Bush entre os anos de 2001-2002 sobre os ataques de 2001 e de Donald Trump em 2020 sobre o vírus da COVID-19. Existem, no entanto, outras referências discursivas pontuais de figuras políticas como Barack Obama (em 2013) e Joseph Biden (em 2021). Todas as referências textuais dos casos práticos em questão são respeitantes unicamente aos Estados Unidos da América, ainda que as conclusões sejam abordadas a nível doméstico e internacional.

No geral, os estudos discursivos inserem-se numa escola subjetiva, especialmente considerando a sua orientação socio-filosófica da Teoria Crítica. Adicionando a importância internacional que os Estados Unidos assumem, considerou-se que a melhor conduta teórica para o desenvolvimento da investigação fosse a Abordagem Crítica do Discurso (ACD).

### **1.4. Metodologia**

No seguimento da exposição do enquadramento teórico, é importante apresentar a metodologia adotada e de que maneira foi aplicada. A presente dissertação optou por uma

lente crítica dentro dos estudos discursivos reconhecendo a Análise Crítica do Discurso (ACD) como prioritária e como a que melhor se adequa ao tipo de investigação que procuramos.

Apesar da ACD ser explorada no capítulo da Revisão Literária com o intuito de expor o Estado da Arte e de apresentar melhor os detalhes da pesquisa, considera-se necessário mencionar brevemente a abordagem no sentido de mantermos presente e introduzirmos aquela que é a nossa lente. Reconhecemos que a Análise Crítica do Discurso é uma abordagem transdisciplinar complexa que, além de ter influências de várias escolas e matérias, tem várias maneiras de analisar criticamente os momentos discursivos passando por contagens de palavras/repetições, análises de anáforas, metáforas, mitos, assim como determinadas comparações/adjetivações em excesso, entre outros (Fairclough, 2003). De maneira a estreitar a análise, vê-se como necessário especificar, igualmente, a abordagem sendo que foi escolhida uma vertente mais qualitativa (como será possível de observar no terceiro capítulo) em deterioramento das análises mais quantitativas (contagens e comparações numéricas de palavras).

Assim, escolhemos observar um conjunto de discursos e atos discursivos políticos selecionados através de uma análise e desconstrução da criação de identidades e narrativas de guerra, assim como, da criação de distinções identitárias e divisões de grupos sociais. Neste trabalho em específico são analisadas as construções – através do discurso e narrativas políticas – de guerras, de inimigos, de um estatuto especial americano e, em paralelo, comparando as análises dos contextos diferentes.

## **1.5. Justificação Teórico-Metodológica**

Tendo apresentado a escolha da temática, existe a necessidade de explicar a respetiva seleção, qual a relevância académica e o seu “valor científico”. Eco (2007: 32) esclarece como “(...) não há nenhum tema que seja verdadeiramente estúpido: a trabalhar bem tiram-se conclusões úteis mesmo de um tema aparentemente remoto ou periférico.”. Assim, assumindo o interesse pessoal da investigadora, organizar o tema a tornar a investigação rigorosa, esclarecedora e encontrar uma aplicabilidade à problemática foi crucial.

Além de se considerar, a nível pessoal, que o tema é interessante e pertinente, assume-se que o mesmo impõe uma intervenção direta na contemporaneidade de ordem essencialmente teórica. Assume um impacto direto na contemporaneidade no sentido de,

na esfera política, os atos discursivos assumirem um papel de prática ideológica e reprodução social tornando a sua intervenção na realidade social constante (Fairclough, 2001). A ordem essencialmente teórica resulta, não só da génese do objeto de estudo (neste caso, um conjunto de discursos políticos), como das metodologias adotadas para analisar o mesmo.

## **1.6. Objetivos e visão geral da estrutura do trabalho**

Com este trabalho propomo-nos demonstrar como os Estados Unidos têm um padrão discursivo específico no seio político quando se vivem momentos de vulnerabilidade internacional significantes. Ainda que a dissertação seja uma pesquisa cujo investigador deve reconhecer orgulho pessoal e académico, tem de existir, igualmente, uma humildade reconhecendo as limitações do trabalho. Neste caso, é importante admitir como a investigação foi trabalhosa para os estudantes e docentes responsáveis, especialmente tendo em conta o contexto dos últimos tempos. Existiu uma limitação de acompanhamento, representação e suporte profissional, ainda que os melhores esforços tenham sido feitos ao longo do último ano.

No que respeita a estrutura do trabalho, numa primeira instância são definidos os conceitos teóricos essenciais deste trabalho colocando em discussão o que se entende por “discurso” e “poder”. Além disso, é também apresentada a lente metodológica utilizada para encarar a problemática da dissertação. De seguida, existe uma secção que se dedica ao *American Exceptionalism* e ao peso do mesmo na produção da política e, conseqüentemente, discursos dos EUA com o intuito de demonstrar criticamente como o Excepcionalismo Americano se relaciona e influencia a própria construção narrativa de identidades por parte dos EUA. O capítulo seguinte expõe os casos práticos mencionados analisando na prática os discursos políticos e comparando os dois momentos através da lente oferecida pela Análise Crítica do Discurso. Esta secção tem como suporte citações de discursos políticos de George W. Bush, Donald J. Trump, Joe Biden e Barak Obama, assim como referências de momentos discursivos noutras plataformas como a rede social *Twitter*. Além destes, foram utilizados como fontes suportes literários passando por artigos científicos e livros. Por fim, o último capítulo conhece uma apresentação de resultados, discussões e conclusões, assim como uma reflexão final sobre o trabalho.

A presente investigação foi feita no âmbito dos estudos discursivos, tendo como objetivo a exploração crítica dos discursos político dos EUA no contexto da Guerra contra o Terror e Combate contra o Coronavírus. A realização deste trabalho tem assim como objetivos:

- Responder à pergunta de partida identificando se existe um padrão discursivo adotado pelos EUA durante situações de debilidade global e com que objetivos é utilizado;
- Apelar ambiciosamente ao espírito crítico de futuros leitores seguindo o pensamento de Eco (2007: 56): “Se a minha tese serviu para estimular alguém a fazer outras experiências de contrainformação entre operários (mesmo se os meus pressupostos eram ingênuos), consegui alguma coisa de útil.”.

## **2. Revisão Literária**

---

Ainda que seja um processo difícil, a revisão literária é uma parte crucial na elaboração de uma dissertação. De acordo com Ridley (2012: 3), “The literature review is where you identify the theories and previous research which have influenced your choice of research topic and the methodology you are choosing to adopt.”. Com o objetivo de esclarecermos o ponto de partida da investigação, é abordado nas próximas seções que conceitos são trabalhados e a abordagem metodológica adotada, assim como o que foi feito sobre os respectivos até ao momento. Após a apresentação dos conceitos e estado da arte, observamos as razões teóricas da pesquisa, as lacunas apontadas e os suportes metodológicos utilizados.

### **2.1. Nota Introdutória dos Conceitos**

Antes de nos debruçarmos sobre a revisão literária, é fulcral apresentar um quadro teórico sobre o que entra em discussão quando falamos em “poder” e “discurso”. Tendo em conta o carácter interdisciplinar da abordagem adotada e dos respectivos conceitos, são introduzidas as características do poder social e simbólico, bem como a importância da crítica discursiva explicitando o porquê de existirem relações complexas e como se tornam subjetivas (as relações e os conceitos).

Assumindo que existe uma cobertura mediática internacional é importante saber que literatura correspondente é constantemente colocada em causa (Simmons, 1991). Devido à constante existência de novas informações e estratégias políticas e de comunicação, os estudos discursivos e da comunicação acabam muitas vezes por ser postos em causa sendo vistos, no geral, como uma ciência dúbia (Picard, 1991). Como os problemas sociais são por natureza complexos, isto implica quase automaticamente uma abordagem multidisciplinar, na qual deixa de ser crucial fazer distinções severas entre o que é a teoria, qual a sua descrição concreta e como é aplicável (Van Dijk, 1993).

No que concerne à realidade técnica e académica, a comunicação e os estudos discursivos acabam por ter menos reconhecimento científico na compreensão da tomada de decisões/ações políticas e sobre o terrorismo do que efetivamente merecem (Archetti, 2013). A comunicação é importante, não só porque – numa definição mais crua e

primitiva – transmite uma mensagem, mas porque pode criar narrativas através da sua simbologia discursiva – adquirindo um determinado poder no seio político e social (*ibidem*, 2013). Sendo que a comunicação é a base da interação, reconhecer a sua importância permite uma melhor compreensão do seu poder e influência analisando os seus atores, estratégias e intenções políticas (Van Dijk, 1993).

Existem obviamente várias maneiras de comunicar sendo a mais óbvia através de um discurso entre entidades independentemente da plataforma. O que não é tão evidente à primeira vista é a maneira como existe uma simbologia subjacente aos nossos atos (como votar ou um ato “terrorista”) e uma narrativa diferente à inerente ao nosso discurso (Simmons, 1991).

## **2.2. Os conceitos de poder, o domínio social e as relações hegemónicas**

Existe uma vasta literatura sobre o conceito de poder, sendo que dentro do quadro conceptual das Teorias das Relações Internacionais, conhece vários significados consoante o contexto e discussões teóricas a que corresponde (Dunne, Kurki, & Smith, 2010). Para Nye (2009), o “poder” é baseado na capacidade de influência sendo associado a recursos culturais, ideológicos, discursivos, institucionais e diplomáticos. Esta conceptualização de poder das Teorias das Relações Internacionais foi popularizada entre discursos políticos para especificar os efeitos dos respetivos recursos (*ibidem*, 2009). Da mesma forma, Gramsci (1971) enfatiza uma conceptualização de poder que depende da cedência de consentimento ou submissão (substituindo o uso da força), assim como a importância da ideologia em manter determinadas relações de poder (*as cited in* Fairclough, 2003: 45).

Dentro da esfera político-económica, o conceito de poder tende a ser associado a políticas mais coercivas (*hard power*) ou mais ideológicas e diplomáticas (*soft power*) (Wilson, 2008). Contrariando a lógica bélica do *hard power*, as dinâmicas do *soft power* retratam faces estratégicas de interpretação sendo que só essas são relevantes para a presente discussão. Este é exercido através de métodos discursivos sendo que atualmente o seu principal “megafone” são as plataformas de comunicação social (considerando os meios televisivos e redes sociais os principais). É possível identificar fenómenos que exemplificam o poder concreto do discurso público e político através dos meios de comunicação, no entanto, é crucial explicar o processo por detrás dessa complexidade de

elaborar narrativas e como o poder surge (*ibidem*, 2008). No caso dos Estados Unidos da América verifica-se facilmente como esta lógica é colocada em prática, sendo o seu poder evidente no sistema internacional – seja em termos militares ou ideológicos – devido essencialmente à maneira como se expressam através da política externa e doméstica, nomeadamente, com o discurso e posições políticas que adotam no palco internacional face a outros agentes que veem como ameaças (Chomsky, 2004).

Além da sua envolvimento política, o poder conhece uma influência estrutural na sociedade a partir de práticas institucionalizadas (Van Dijk, 1993). Assim, acaba por criar relações hegemónicas bem organizadas e institucionalizadas na sociedade a partir de ações que surgem da individualidade das elites, no entanto, são propagadas pela coletividade social (Domhoff, 1978; Van Dijk, 1995). Por coletividade social entende-se o conjunto de grupos que são dominados, mas acabam por consentir, apoiar e legitimar leis, forças policiais e institucionais produzidas pelos meios de comunicação e discursos políticos (Van Dijk, 1993). Estas relações complexas sustentadas acabam por definir uma relação de poder dentro das próprias elites – existe uma hierarquia de poderes onde cada grupo de elites é diferente e tem objetivos e ações diferentes (Mills, 1956). As elites conhecem, não só o poder social referido até ao momento, mas um poder simbólico que reúne as condições do poder social e o poder das consequências benéficas e a longo-prazo que conhece (Van Dijk, 1993).

### **2.3. O poder social**

Considerando as várias concepções de poder e a sua subjetividade, podemos concluir que o conceito de poder e controlo estão intrinsecamente ligados, e que o controlo é obrigatoriamente exercido por um determinado grupo social sobre outro grupo social (Lukes, 1986). O poder e controlo diretos são mais claros e observáveis sendo considerados como a definição padrão do uso da força, no entanto, o mais moderno, estratégico e eficaz a longo-prazo é o poder social e a sua dimensão cognitiva (Van Dijk, 1993). Este é o que será utilizado e desenvolvido ao longo do trabalho para observar as relações entre o poder e os discursos políticos do EUA.

No contexto discursivo, o poder é utilizado, reproduzido ou legitimado através das palavras e atos discursivos sendo a dinâmica social sempre um fator de influência. Considerando que o poder é uma propriedade de relações entre grupos, instituições ou organizações, o poder social é considerado por Van Dijk (1995) e Clegg (1989) a partir

do controlo exercido por um determinado grupo sobre as ações ou mentalidades de outro grupo, limitando as suas liberdades ou influenciando o seu conhecimento, atitudes e ideologias. Van Dijk (1995) acrescenta:

Power of a specific group or institution may be ‘distributed’ and may be restricted to a specific social domain or scope, such as that of politics, the media, law and order, education or corporat business, thus resulting in different ‘centres’ of power and elite groups that control such centres. (Van Dijk, 1995: 84).

Considerando o que foi exposto sobre o conceito de poder e, em específico, sobre os trabalhos de Van Dijk (1993, 1995), podemos enumerar um conjunto de conclusões. É possível observarmos o poder como um bem cujo acesso é privilegiado baseado em estatutos sociais e que, devido ao seu envolvimento na sociedade, o poder social é muitas vezes organizado e institucionalizado resultando num controlo e rotinas de poder bem assentes e numa reprodução de dominância gradual (*ibidem*, 1995). Estas relações de dominância bem consolidadas através das várias organizações e grupos sociais criam desigualdades sociais, políticas, culturais, de classe, étnicas e de género (Van Dijk, 1993).

As relações de poder social abrangem uma dinâmica *top-down* e, em paralelo, *bottom-up* sendo que a primeira conhece mais casos de estudo e consequências e, conseqüentemente, uma literatura mais vasta (Chilton, 1985). Ao longo da dissertação é adotada uma lente *top-down*, observando as relações de poder discursivas através dos discursos das respetivas “instituições/elites” e como criam uma debilidade social. Também Van Dijk (1993) explica as dinâmicas discursivas e a sua influência social explicando como o poder e o abuso deste podem parecer produzidos em conjunto quando, por exemplo, os grupos dominados são persuadidos ao ponto de darem as relações de domínio e desigualdades como algo normal e legítimo.

É relevante compreender como a natureza do poder social e do domínio estão intrinsecamente relacionados com a Análise Crítica do Discurso sendo que a ACD é uma abordagem que analisa como o discurso produz e sustenta relações de poder (Van Dijk, 1993). É essencialmente através da persuasão, dissimulação e manipulação, que a influência do poder social (e cognitivo) é distinguida devido à sua maneira particularmente subtil de mudar as intenções e rumo mental dos outros para a que for mais conveniente ao respetivo interveniente (Chilton, 1985).

Esta relação não é sempre evidente, muito menos a manipulação e influência intrínseca ao controlo que os discursos escondem. Muitas vezes, o objetivo das próprias elites

sociais é o de obscurecer os limites e linhas que separam o que são os direitos e deveres dos leitores/ouvintes – o que é “verdade” e o que é “falso” (Van Dijk, 1989). O domínio acaba por ser, na realidade, naturalizado e reproduzido através de práticas quotidianas e discretas textuais e orais que acabam por se tornar naturais e aceitáveis e, consecutivamente, nunca colocadas em questão (Van Dijk & Kintsch, 1983). Desta maneira, observamos as perspetivas discursivas e as dinâmicas de poder a focarem-se em estratégias de discurso que legitimam o controlo e naturalizam uma ordem social artificial e baseada no domínio e relações desiguais (Fairclough, 1985).

## **2.4. O conceito de Discurso**

Os estudos sobre o discurso e narrativas surgiram historicamente a partir dos estudos linguísticos sendo que, mais tarde, se assistiu a uma descentralização do foco na escola linguística. Esta deu-se devido às novas propostas dos estudos discursivos e ao seu espírito crítico e subjetivo, especialmente tendo sido acompanhadas pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e estratégias políticas (Johnston, 2005). Embora os estudos linguísticos e textuais tenham contribuído muito para os estudos discursivos, segundo Van Dijk (1993), estes necessitaram das intervenções críticas linguísticas e da dimensão social para ganhar um carácter sociológico e apreciativo e, ao mesmo tempo, combater a perspetiva estruturalista. Com o despoletar de diferentes práticas e perspetivas sob o título de “discurso” e “análise discursiva”, é importante definir o que entendemos por “discurso” no presente trabalho.

No geral, apesar de ser categorizado como método político e diplomático, o discurso, dentro das relações internacionais, tende a ser analisado como uma força de poder individual. Considera-se um objeto de estudo polémico nos estudos das relações internacionais sendo conceptualizado como um evento social que modela os poderes das estruturas e práticas sociais (Senehi, 2002; Fairclough, 2003). Além disso, como foi possível de observar até agora, conhece capacidades de influenciar e modelar os vários atores e instituições centrais do sistema internacional através de formas técnicas e minuciosas (Johnston, 2005). Ou seja, a produção do discurso – especialmente dentro da esfera política – não é inocente, é um procedimento com objetivos e um público-alvo previamente pensado sendo necessário tomar decisões para elaborar o mesmo (*ibidem*, 2005).

O discurso começou por ser trabalhado teoricamente seguindo uma lógica estruturalista como um conjunto de palavras que assume uma função reprodutora entre sociedade civil e estruturas socioculturais. Apesar da sua existência ter tido um papel relevante nas discussões sobre o discurso, atualmente, a influência da metodologia estruturalista nos estudos discursivos não tem muito peso (Costa, 2013). No entanto, dentro da escola estruturalista não deixaram de existir perspectivas diferentes que serviram de base para os estudos críticos seguintes tendo como protagonistas autores como Chomsky e Saussure.

Outras perspectivas oferecidas por Pêcheux e Althusser observam o discurso inserido num contexto de transformação marxista onde, por conseguinte, é visto como uma forma de materialização ideológica. A dimensão introduzida por estes autores combate, assim, a visão do discurso como um reflexo da realidade e instrumento comunicativo, vendo o discurso como uma matéria complexa capaz de influenciar e ultrapassar as esferas da sociedade necessitando, assim, de estudos sobre o respetivo (Ferreira-Rosa, Mesquita, & Carvalho, 2011). Também Pêcheux (1975 [2005]: 152-153), seguindo o pensamento de Althusser, trouxe para os estudos linguísticos o conceito de ideologia e do homem como um ser ideológico, definindo que o “carater material” do sentido consiste na sua dependência das próprias formações ideológicas onde a linguagem tem um papel crucial nos processos de interpretação ideológica dos indivíduos e sociedade civil no geral.

No presente trabalho, o discurso é sempre mencionado no contexto e perspectiva a ACD sendo que a respetiva vê a linguagem como uma prática social e considera os contextos do uso da linguagem cruciais (Fairclough, Mulderrig, & Wodak, 1997). Em termos mais técnicos, podemos pegar no trabalho de Johnston (2005). Este reuniu um conjunto de propriedades que podem categorizar uma análise discursiva em fatores para ajudar a explicar a complexidade da mesma. Entre essas propriedades as mais relevantes passam por a) enfatizar pormenores textuais subtis e insinuações entre discursos – como emoções e comportamento não-verbal – transmitidos através das narrativas e b) a desconstrução dos agentes que fazem o discurso, o respetivo público-alvo e o que as intenções (Johnston, 2005). É neste “espaço cinzento” dentro das análises discursivas que a construção e produção das narrativas é colocada em causa (Winslade, & Monk, 2000).

Ao longo do trabalho vão sendo analisados dois momentos de particular vulnerabilidade internacional através da Análise Crítica do Discurso, tendo como base as perspectivas de Fairclough e Van Dijk. Além da definição de discurso, é relevante expor o que é entendido

por “padrão discursivo” no presente trabalho sendo que, além da análise discursiva, será verificada a existência de um padrão. Num contexto discursivo, padrões são conceptualizados como configurações linguísticas e outros símbolos discursivos situados no tempo e espaço (Stubbs, 2013). Segundo Stubbs (2013), corpos de identificação linguística e padrões de análise discursiva têm de ser observados e tidos em conta a partir de uma estrutura analítica de repetição baseada na frequência e na ênfase de estruturas repetidas ou com a mesma mensagem discursiva (*as cited in* Busse, 2019). Assim, o foco das pesquisas linguísticas nos padrões discursivos e de símbolos tem aumentado sendo que servem como recurso de influência e para construir significados sociais e identidade nos contextos (Busse, 2019; Busse, 2010).

Como mencionado previamente, é proposta uma lógica *top-down* a partir de um quadro de parâmetros de unidades discursivas; seguida de uma identificação e comparação dessas unidades a partir de características, palavras específicas e construções de narrativas. Contrariando assim a lógica *bottom-up* que se foca em palavras particulares comuns nos discursos, considerado as mesmas como starting points combinando padrões de corpo textual com tipos de unidades de discurso (Almujaiwel, 2017).

## **2.5. O Discurso e o Poder – Noções da Análise Crítica do Discurso**

Como foi revisto nas secções anteriores, o poder e domínio sociais exercidos por determinados grupos e elites levam à criação de desigualdades e é neste processo de reprodução social que os discursos têm um papel importante (Wodak, 1989). Os discursos (especialmente políticos) detêm poderes de legitimar, representar, negar, permitir, mitigar e conciliar narrativas e, conseqüentemente, relações de poder. Assim, o papel da ACD surge nestas circunstâncias com o objetivo de analisar como este processo se desenvolve – através das estruturas, estratégias e propriedades da comunicação (texto, conversas, interação verbal, entre outros) que contribuem para a tal reprodução de discursos (Van Dijk, 1993; Fairclough, 2003). Ou seja, de maneira a sintetizar a lógica inerente, i) o domínio das elites sociais cria desigualdades, ii) as desigualdades sustentam uma reprodução social que envolve e precisa dos discursos para ser legítima e discreta, iii) os discursos detêm poderes sociais de representação, negligência e mitigação que permitem o bom funcionamento do sistema de desigualdades.

É evidente como as expressões discursivas diretivas mais frontais (como regras ou ordens) podem ser utilizados para transmitir poder e chegar mesmo a contribuir para reproduzir domínio (Van Dijk, 1993). O que não é tão evidente é como esta reprodução social se verifica a partir de modos, retórica e simbologia textual numa tentativa estratégica de ofuscar as relações de poder (*ibidem*, 1993). As relações de poder evidenciadas são processos complexos e de um teor sociológico denso. Estas relações e desigualdades não são sempre exercidas por atores (e/ou discursos) isolados como os que conseguimos observar no mais vulgar quotidiano social. Os contextos sociais assumem um papel relevante para a compreensão da produção de discursos políticos e narrativas, no entanto, analisar a significância cultural e contexto político é um processo subjetivo e com várias nuances sendo que o investigador tem de ter a noção as próprias posições são produto de influências (Freire & Vinha, 2011). Além disso, é necessário ter em conta que os próprios significados conceptuais vão sendo alterados consoante o espaço e tempo através de várias ferramentas, sendo uma das mais eficazes o discurso (político). Van Dijk (1993) acrescenta como a ligação pública e doméstica a nível sociológico é relevante neste processo e, da mesma maneira, a relação entre sociedade, discurso e raciocínio cognitivo. O raciocínio cognitivo entra nestas matérias porque, para relacionar o discurso com a sociedade e a respetiva reprodução de desigualdades, é necessário examinar o papel das representações sociais (*ibidem*, 1993).

Quando as relações de poder e de desigualdades são naturalizadas e tomadas como garantidas pelos grupos sociais que são dominados, o controlo é assumido como uma relação hegemónica (Hall, Lemley, & McLennan, 1977). Herman e Chomsky (1988) referem-se a estas relações através do conceito de “consentimento manufacturado” que define, respetivamente, o processo – por parte das elites, que chama “classe especializada” e através dos meios de comunicação – da construção das condições a serem aceites pelo grupo que os autores nomeiam de “rebanho confuso e ingénuo” e a sociedade naturaliza.

Esta hegemonia e relação de domínio gradual acabam por revelar e explicitar como a análise do poder e a Análise Crítica do Discurso vão além da objetividade e simplicidade pois não conhecem, muitas vezes, definições concretas de quem são as vítimas e quem são os perpetuadores de abuso de poder (Van Dijk, 1993). A abordagem crítica tenta, ainda assim, combater esta ideia subjetiva de desigualdade consentida e injustiça

produzida mutuamente sendo que as influências sociológicas são severas manipulando as vítimas (*ibidem*, 1993).

## 2.6. A abordagem da Análise Crítica do Discurso

Existem várias formas de análises discursivas (Van Dijk, 1997), sendo que a ACD é a metodologia priorizada e utilizada neste trabalho. Podemos afirmar que, no geral, a Análise Crítica do Discurso se concentra especialmente no abuso de poder (social), por oposição ao poder dito legítimo. Apesar das tentativas de encobrir intenções, os discursos podem provocar, em contrapartida, ações de manifestação e um contrapoder. Muitas práticas subtis (ou não) de dominância parecem ser naturais, persistentes e sem forma de combater até serem colocadas em causa e desafiadas como é historicamente verificável a partir do controlo masculino sobre as mulheres, brancos sobre negros e ricos sobre pobres (Gramsci, 1971).

A dimensão do “social” começou a ser introduzida em todo o tipo de estudos teóricos, nomeadamente nos estudos discursivos. A ACD emergiu no início dos anos 90 em Amesterdão com as contribuições de Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Theo van Leeuwen and Ruth Wodak. Muitos autores consideram que a escola da ACD começou com o lançamento oficial do jornal *Discourse and Society* de Van Dijk em 1990, sendo que, de seguida, se assistiu a uma vaga de lançamentos sobre a abordagem. A abordagem é transversal a várias escolas teóricas tendo uma base social, psicológica e crítica em simultâneo, contribuem para uma análise das relações de poder a um nível multidisciplinar. Wodak e Meyer enfatizam como a ACD não oferece uma teoria e metodologia sólidas e específicas, sendo que:

(...) studies in CDA are multifarious, derived from quite different theoretical backgrounds, oriented towards different data and methodologies. Researchers in CDA also rely on a variety of grammatical approaches. The definitions of the terms ‘discourse’, ‘critical’, ‘ideology’, ‘power’ and so on are also manifold (Wodak & Meyer, 2015: 5)

Embora a ACD seja teorizada e utilizada a partir de perspetivas diferentes, também reconhece um conjunto de princípios comuns. No geral, a ACD reconhece a) um estudo das funções sociais, culturais, situacionais e cognitivas dos contextos linguísticos; b) uma análise de fenómenos gramáticos e linguísticos (coerência, anáforas, argumentação, retórica, interações, entre outros); c) uma lógica *problem-oriented*, interdisciplinar e eclética e d) tem como objetivo de desmistificar ideologias e poderes através de investigações sistemáticas (Wodak & Meyer, 2015).

O trabalho de Fairclough veio a influenciar fortemente aquelas que são as análises e conceptualizações discursivas mais recentes. A abordagem de Fairclough é baseada “upon the assumption that language is an irreducible part of social life, dialectically interconnected with other elements of social life, so that social analysis and research always has to take account of language” (2003: 2). Acrescentando que o discurso é uma estratégia analítica e faz sentido utilizar a análise do discurso, Fairclough, Mulderring e Wodak oferecem uma definição do “discurso” dentro da ACD que ficou popular entre os teóricos:

CDA sees discourse – language use in speech and writing – as a form of ‘social practice’. Describing discourse as a social practice implies a dialectical relationship between a particular discursive event and the situation(s), institution(s) and social structure(s), which frame it: The discursive event is shaped by them, but it also shapes them. That is, discourse is socially constitutive as well as socially conditioned – it constitutes situations, objects of knowledges, and the social identities of and relationships between people and groups of people. It is constitutive both in the sense that it helps to sustain and reproduce the social status quo, and in the sense that it contributes to transforming it. (Fairclough, Mulderrig, & Wodak, 1997: 258).

Ou seja, as práticas discursivas podem ter efeitos ideológicos significativos e mexer com dinâmicas de poder – podem ajudar a produzir e reproduzir relações de poder desiguais entre classes sociais, mulheres e homens e grupos étnicos/culturais através de representações e mobilização de pessoas (*ibidem*, 1997).

Teorizada por Van Dijk (1993), é relevante trazer o seu contributo sendo que este focou a sua direção no papel do discurso na (re)produção e desafios das relações de domínio e desigualdade. A Análise Crítica do Discursos demonstrou como o discurso é crucial nas relações sociais de dominância e na posição sociológica da comunicação sendo que o discurso é algo cujo acesso não é o mesmo para toda a gente (Van Dijk, 1993). Segundo Van Dijk (1993: 252), a ACD “deve lidar primeiramente com as dimensões discursivas de abuso de poder e injustiça e desigualdade resultantes”.

A nível teórico, Mey (1985) afirma que a ACD não tem como objetivo principal contribuir em concreto para uma disciplina, escola ou paradigma em específico. É essencialmente motivada pela realidade e pressões dos problemas sociais tentando compreender os mesmos através de uma investigação analítica do discurso constante (*ibidem*, 1985). Como mencionado previamente, estas pressões e a própria conceção da ACD são naturalmente complexas e subjetivas sendo verificável a irrelevância de distinções explícitas. Não implica, no entanto, que esta perspetiva deixa de dar importância teórica e/ou prática aos problemas sociais nem à sua faceta crítica (Steiner, 1985).

Da mesma maneira, existe uma relação complicada e confusa entre o discurso e o poder. A ACD conhece uma grande influência sociopolítica na sua abordagem sendo que o seu objetivo – semelhante aos propósitos da Teoria Crítica – acaba por ser a mudança através de uma avaliação e compreensão críticas da sociedade (Van Dijk, 1993). Os principais alvos de escrutínio e críticas são as elites sociais que sustentam, produzem, legitimam e permitem que existam desigualdades e domínio constantes (*ibidem*, 1993). Definidos como “problemas reais” por Van Dijk (1993), a ACD adota na grande maioria das vezes uma solidariedade para com os grupos sociais que são vítimas das dinâmicas sociais desiguais. Não só por uma questão valorativa de justiça e igualdade, mas porque é nas narrativas e atos discursivos das elites sociais que mais se verifica uma envolvimento persuasiva peculiar e dinâmicas de influência (Wodak, 1989).

Assim, a Análise Crítica do Discurso é normativa devido, essencialmente, à crítica política da preservação do sistema de desigualdades e dos respectivos responsáveis e, devido, ao carácter analítico e sociológico que admite sendo que todas as críticas por definição pressupõem uma ética aplicada (Van Dijk, 1993). No entanto, no que concerne ao seu contributo conceptual esta abordagem vai além da teoria e tecnicidade. Admite uma compreensão estrutural que pressupõe argumentos e análises de causas fundamentais, condições e consequências dos problemas sociais resultantes dos discursos (ou do uso que é feito destes) (Fairclough, 1985). Tendo estas relações em conta e a sua complexidade, é seguro afirmar que a ACD exige uma multidisciplinariedade e uma responsabilidade pela relação entre textos, conversas, cognição social, poder sociedade e cultura (*ibidem*, 1985).

O sucesso desta teoria pode ser “avaliado” pela sua efetividade e relevância tendo em conta os seus critérios que ultrapassam a observação, a descrição e explicações. A ACD, sob a influência apreciativa da Teoria Crítica das Relações Internacionais, partilha com esta um objetivo comum de criticar e, conseqüentemente, combater a injustiça. Ou seja, os resultados são julgados pela sua praticabilidade e contribuição para a mudança – por exemplo, através de movimentos e atos de resistência e exigência de atenção contra a opressão, injustiça e desigualdade (Van Dijk, 1993). Neste sentido, é sempre relevante ilustrar como a ACD se assume, a maior parte das vezes, como tendenciosa no que concerne à seletividade de casos observados. Desta maneira, existe uma negligência transversal à literatura em relação à posição das elites sociais fora do seu poder e dominância social que lhes são inerentes (Wodak, 1989).

Além disso, é importante ter em conta que o desenvolvimento criterioso da ACD, como as outras teorias, acaba por ter implicações para o trabalho académico e escolas das relações internacionais. A abordagem em questão oferece formação teórica, metodologia analítica e procedimentos de pesquisa empírica (Van Dijk, 1993).

### **3. American Exceptionalism: Quem é a Exceção?**

---

O conceito de *American Exceptionalism* tem conhecido um simbolismo e relevância significantes nos debates e questões de *decision-making* internacionais, especialmente desde os ataques de 11 de setembro (Koh, 2003). Este capítulo dedica-se ao conceito de Excepcionalismo Americano e às suas dinâmicas de poder sendo inicialmente conceptualizada a sua definição assim como a explicação das suas origens para melhor compreender as respostas dos Estados Unidos da América nas discussões internacionais. Numa segunda parte são explorados os *outcomes* do Excepcionalismo Americano assim como a sua presença no atual sistema internacional e, por fim, em nota conclusiva, é demonstrado como este conceito se insere na presente discussão, assim como a influência do Excepcionalismo Americano nos discursos políticos e respostas americanas em relação aos eventos internacionais. O Excepcionalismo Americano é introduzido com relevância nesta dissertação com o intuito de ganharmos noção do contexto discursivo (político) peculiar dos EUA e a sua enorme influência na elaboração dos discursos políticos.

#### **3.1. Definições**

O conceito de *American Exceptionalism* é recorrentemente utilizado nas discussões ideológicas e políticas internacionais, tendo como consequência um uso vago e/ou sem se compreender como se aplica (Koh, 2003). Quando se fala de *American Exceptionalism*, ou – traduzido à letra – Excepcionalismo Americano, temos de ter a noção do que nos estamos a referir ou em qual das vertentes, dentro do Excepcionalismo Americano, nos estamos a inserir.

Segundo a comunidade científico-académica geral, o conceito de *American Exceptionalism* foi inicialmente definido por Alexis de Tocqueville como a visão dos Estados Unidos como qualitativamente diferentes das outras nações desenvolvidas devido às suas origens únicas, à sua fé nacional, à evolução histórica e instituições políticas e religiosas incomparáveis (Tyrrell, 1991). Não é difícil observar como esta definição enveredou por caminhos diferentes e se tornou complexa dentro do espectro político, ideológico, económico e cultural (Holsti, 2006). Outros membros importantes da

academia como Seymour Martin Lipset aludem à Revolução Americana como marco de ruptura onde os Estados Unidos emergiram como a “primeira nova nação” com um corpo de visões únicas (Lipset, 1996). Esta ideia teve um papel fulcral na criação da mitologia e discursos nacionais dos Estados Unidos mesmo antes da sua independência sendo que contribuiu para a construção de uma identidade e organização coesas (Gilmore, 2015).

Apesar de se distinguir de conceitos como *soft power* e soberania nacional, estes acabam obviamente por se relacionar com a definição de Excepcionalismo Americano (Nye, 2002). A soberania tem vindo a sofrer várias alterações conceptuais sendo um conceito utilizado várias vezes e de maneiras diferentes. A “nova soberania” é associada ao Excepcionalismo Americano no sentido em que consiste num acordo entre os interesses das potências internacionais e o contributo do Estado para o regime internacional, em contrapartida com a definição tradicional que conhecemos de soberania como uma exaltação de liberdade ou independência estatal (Chayes & Chayes, 1995; Gilmore, 2015). Atualmente, a única maneira de um país se inserir ou ganhar voz própria nas discussões internacionais *mainstream* é através da submissão a um determinado regime/normas relacionados diretamente com as medidas, sistemas e compromissos políticos dos Estados (Koh, 2003). O Excepcionalismo Americano relaciona-se com a “nova soberania” sendo que contribui e construiu em grande medida para o padrão e normas de aceitação internacional (Nye, 2002).

O *soft power* é retratado, segundo Nye (2002), como um conceito que consiste na habilidade de definir a agenda de maneira a moldar as preferências de outrem. Segue uma lógica de pensamento que consiste em pensar “Se eu conseguir fazer com que tu queiras o que eu quero, então não preciso de te forçar a fazer o que tu não queres fazer” (*ibidem*, 2002). Seguindo as lógicas de persuasão referenciadas previamente dentro do *soft power* e o conceito ambíguo de soberania, a sua envolvência com o Excepcionalismo Americano verifica-se quando, na política, são utilizadas as mesmas lógicas a favor da “unicidade” dos Estados Unidos da América (Gilmore, 2015). Ou seja, se os Estados Unidos da América representarem um conjunto de valores e um estilo de vida que os outros Estados e pessoas querem seguir, custar-lhes-á menos a liderar esse processo por eles (Gilmore, 2015; Koh, 2003). A lógica de Nye (2002) aplicada ao Excepcionalismo dos EUA: “se o resto do mundo nos vir como desejável, não precisamos de forçar nenhum Estado a conformar-se com os nossos ideais e objetivos”.

O apelo aos “valores americanos” tornou-se bastante comum como método promocional de um estilo de vida melhor, mas que “valores americanos” são estes? O Excepcionalismo Americano prende-se com a ideia de que a estrutura canónica dos Estados Unidos está comprometida com valores como liberdade, equidade, individualismo, populismo e *laissez-faire* (Koh, 2003). A ideia principal do conceito e bases do Excepcionalismo Americano são reconhecer e exaltar como os Estados Unidos são uma nação singular, superior e até escolhida por Deus na comunidade internacional (Gilmore, 2015; Lipset, 1996). Estes valores fazem integralmente parte da cultura e representação nacional dos EUA, os mesmos acreditam serem “detentores” destes valores por oposição aos outros países corruptos e inferiores no geral (Zoellick, 1999).

### 3.2. Da ideologia à política

No que respeita a vida política americana, esta ideologia está bem presente na retórica de quase todos os Presidentes, desde o discurso de despedida de Washington<sup>1</sup>, o discurso de Gettysburg de Abraham Lincoln<sup>2</sup>, as próprias estratégias de “união” de Woodrow Wilson<sup>3</sup> até praticamente todos os discursos pós-11 de setembro (Koh, 2003; Ignatieff, 2005).

O próprio Joe Biden, assim como os anteriores Chefes de Estado dos Estados Unidos, tem vindo a recorrer aos valores do Excepcionalismo para incentivar os americanos a ultrapassar os atuais desafios internacionais, nomeadamente a pandemia global:

We must meet the new moment accelerating glo- – accelerating global challenges – from the pandemic to the climate crisis to nuclear proliferation – challenging the will only to be solved by nations working together and in common. We can’t do it alone.

That must be this – we must start with diplomacy rooted in America’s most cherished democratic values: defending freedom, championing opportunity, upholding universal rights, respecting the rule of law, and treating every with dignity.

That’s the grounding wire of our global policy – our global power. That’s our inexhaustible source of strength. That’s America’s abiding advantage. (Biden, 2021a).

---

<sup>1</sup>Discurso de George Washington onde o mesmo elabora uma narrativa comvente sobre o que une os americanos: “(...) you have the same religion, manners, habits, and political principles. You have in a common cause fought and triumphed together; the Independence and liberty (...)” (Ourdocuments, 2021).

<sup>2</sup>Discurso político de Abraham Lincoln durante a Guerra Civil onde o mesmo invoca um conjunto de princípios constitucionais e apela à independência e união dos EUA. (American Rhetoric, 2021).

<sup>3</sup>Elaborados por Woodrow Wilson com o objetivo de evitar uma II Guerra Mundial, acreditando que esta fosse a única opção para estabelecer a Paz. Os EUA seriam uma potência reguladora, mas não participante. (Miller Center, 2021).

Note-se como o principal foco e inspiração para ultrapassar as crises internacionais são sempre os valores excepcionais característicos dos Estados Unidos da América, onde – segundo os mesmos – reside a verdadeira democracia.

No domínio da Política Externa, o Excepcionalismo Americano representa e tenta transmitir um desprezo pela política de poder e diplomacias desatualizadas, são feitos julgamentos moralistas sobre sistemas domésticos de outros Estados e acreditam que os valores democráticos liberais se transferem facilmente além-fronteiras (Koh, 2003). Naturalmente, os EUA acabam por ver o palco internacional como mais uma oportunidade de propagar a sua agenda política e ganhar poder (Nye, 2002). O facto de os EUA serem uma grande potência com grande poder sobre o “jogo internacional” influencia a própria percepção que os americanos têm sobre si mesmos, sendo que alimenta o reconhecimento e reprodução do Excepcionalismo (Koh, 2003). Assim, pegando na literatura sobre o Excepcionalismo Americano e as noções prévias sobre a ACD, podemos concluir que as elites americanas alimentam a teoria excepcionalista com o intuito de reproduzir uma determinada imagem sobre os EUA a nível doméstico e, ao mesmo tempo, a nível internacional. Ou seja, motivar e fazer acreditar a população doméstica em relação à sua grandiosidade e alimentar a representação do mesmo a nível internacional.

### **3.3. As faces do Excepcionalismo Americano na política**

Tendo conhecido o cenário geral de como o Excepcionalismo Americano é definido e da sua evolução conceptual, é necessário ter noção das suas vertentes, assim como as estratégias e intenções utilizadas. Esta secção explora como o Excepcionalismo Americano se manifesta e reproduz de várias maneiras e o sistema internacional veio a proporcionar o seu crescimento. Nesta secção foram seleccionadas algumas destas maneiras limitando-nos à cultura, ambiguidade política, posição internacional e *double standards* da ideologia excepcionalista considerando que uma análise extensa seria desenquadrada.

A primeira prende-se com a cultura e história norte-americanas devido, essencialmente, à necessidade de compreender a importância da sua distinção, não só cultural, mas legal (Gilmore, 2015). Esta “distinção” refere-se à cultura de direitos distinta adotada pelos Estados Unidos da América, a qual é baseada na peculiaridade da história social, política e económica (Ignatieff, 2005). Devido à história baseada numa governação regrada, alguns Direitos Humanos importantes, como a norma da não discriminação racial ou as

proibições abrangidas na Primeira Emenda<sup>4</sup>, receberam uma ênfase e proteção judiciais muito maiores na América do que as leis de proteção de determinados direitos nos outros continentes (Koh, 2003; Ignatieff, 2005). Essas cláusulas podem ser equiparadas à relação que a Europa tem com os Direitos Humanos e como esses são abrangidos e exaltados, no entanto, a Primeira Emenda e as normas não-discriminatórias permitiram uma influência cultural que se acaba por expressar na exaltação do Excepcionalismo Americano (Holsti, 2006).

Neste cenário, também a ambiguidade política adotada em muito contribuiu para manter uma posição política estrategicamente única dos Estados Unidos da América. Esta é essencialmente notável a partir dos discursos e da ambiguidade de compromissos legais que é geralmente assumida pelos Estados Unidos da América (Koh, 2003). O mais comum e acessível de se observar a nível discursivo é a escolha meticulosa de rótulos – habitualmente gerais e que carreguem simbolismos de união – que significam i) o mesmo para descrever outros conceitos sinónimos quase propositadamente ou ii) uma cobertura do que realmente querem dizer/fazer (Hathaway, 2002; Gilmore, 2015). Koh (2003) referenciou este processo no que concerne à recusa dos Direitos Humanos (“Europeus”) como a base legal dos EUA quase orgulhosamente, afirmando “Refusing to accept the internationally accepted human rights standard as the American legal term thus reflects a quirky, nonintegrationist feature of our cultural distinctiveness”.

A mesma ambiguidade política é possível de se observar através do padrão de decisões e posições internacionais que os Estados Unidos da América assumem em determinados acontecimentos políticos internacionais (Hathaway, 2002). As posições e práticas ambíguas no que respeita a Tratados Internacionais – como não ratificações, ratificações com reservas, ausência de obrigatoriedade/vinculação e a doutrina de elaborar tratados/medidas que acabam por ser desrespeitadas ou não aplicadas aos próprios que as elaboraram – costumam ser comuns e até expectáveis pela comunidade internacional (Koh, 2003). Assim, apesar das posições dos Estados Unidos serem constantemente criticadas e contestadas, acaba por existir uma aceitação coletiva internacional que existe e é reproduzida pelo próprio Excepcionalismo Americano (Gilmore, 2015).

---

<sup>4</sup> A Primeira Emenda da Constituição dos EUA de 1791 declara: “Congress shall make no law respecting an establishment of religion or prohibiting the free exercise thereof; or abridging the freedom of speech or of the press; or the right of the people peaceably to assemble, and to petition the Government for a redress of grievances.”

O que é interessante de identificar é a posição única que os EUA assumem quando escolhem isentar-se das obrigações dos tratados internacionais e não o próprio ato de escaparem às obrigações. Isto é, quando os Estados Unidos da América negam ou “escapam” a um Tratado Internacional – especialmente no que respeita a Direitos Humanos – eles não abandonam o caso em específico nem deixam de fazer parte dos processos de paz (Koh, 2003). Enquanto habitualmente os países costumam concordar e teoricamente cumprir as normas dos Tratados Internacionais, estes tendem a ser os mesmos que quebram ou atuam contra o que ratificaram (Hathaway, 2002). O que os Estados Unidos tendem a fazer é precisamente o oposto, isto é, não assinar ou assumir um compromisso inicial, mas continuar a manter uma posição ativa e de cumprimento à sua maneira e sem limitações legais contrariando a estratégia comum de ratificação sem conformidade/cumprimento (*ibidem*, 2002).

Assim, os Estados Unidos da América conseguiram, ao longo da história, criar uma posição verdadeiramente excepcional no que concerne às posições políticas internacionais e poder de atuação com uma estratégia de conformidade sem ratificação. Os Estados Unidos conseguem, ao mesmo tempo, a) não estar vinculados sob os Tratados e normas de Direitos Humanos como os outros Estados e sair impunes ainda que sejam criticados, como b) ter uma posição ativa nos eventos internacionais de paz, coordenar e participar em missões de paz sendo, muitas vezes, o ator principal responsável pela resolução dos conflitos ou problemas internacionais (ainda que os seus métodos sejam questionáveis) (Koh, 2003; Hathaway, 2002).

Este tipo de estratégia está diretamente relacionado com o tipo de mentalidade americana, onde a posição preferencial é estar fora a apoiar a estrutura principal enquanto se recusa a submeter a exame crítica e regras (Koh, 1998). Segundo a política e lógica americanas, cumprimento sem ratificação acaba por dar um (falso) sentimento de liberdade. Através desta doutrina de cumprimento sem obedecer ou se submeterem a ninguém, os Estados Unidos pretendem transmitir uma imagem e sentimento de soberania ao não se “subjugarem” porque, segundo eles, obedecer ao que os Tratados e Direito Internacional impõem publica e assumidamente significa render a sua liberdade – o que significaria a destruição da sua identidade (*idem*, 2002).

Como consequência de tudo o que foi abordado até agora, surgem os *double standards* que estão diretamente relacionados com a posição intermediária que os Estados Unidos

criam e que são promovidos através do excepcionalismo americano e riqueza dos EUA (Gilmore, 2015). Isto verifica-se quando os EUA propõem e promovem que se devem aplicar regras diferentes entre eles e o resto do mundo. Os exemplos onde existe uma hipocrisia ética são recorrentes sendo que, ao mesmo tempo que defendem ações de paz e liberdade por outros Estados e determinadas populações, são acusados precisamente de recorrer ao uso da força ilegalmente ou em excesso (Ignatieff, 2005). Depois dos ataques de 11 de setembro, os exemplos aumentaram com uma atitude americana mais insegura e com uma posição mais dura em relação ao sistema de justiça global e ao seu papel em relação à mesma (Koh, 2002). Este tipo de atitude e acontecimentos – especialmente durante o contexto da guerra contra o terror – passam pelo financiamento da indústria bélica, tráfico ilegal e crimes políticos internacionais, como a relação ambígua com os Talibãs, ao mesmo tempo que defendem valores de paz, democracia e liberdade (Chomsky, 2004).

Esta atitude cria um conjunto de problemas para o sistema internacional, assim como incongruências que podem não favorecer as intenções ou crenças dos Estados Unidos como excepcionais e responsáveis pela liberdade. Em primeiro lugar, esta hipocrisia resulta numa falta de confiança por parte do resto do mundo sendo que esperam sempre uma determinada ambiguidade nas decisões dos EUA, assim como não sabem que justificações ou intenções carregam quando promovem ou apoiam uma causa (Koh, 2003).

Da mesma maneira, ao oporem-se abertamente à base dos Direitos Humanos, às suas missões e medidas, limita a possibilidade de os Estados Unidos terem uma agenda coerente e credível de paz e liberdade (Gilmore, 2015). Adicionando a quantidade de crimes internacionais e atitudes duvidosas que colocam a paz global e os Direitos Humanos em causa por parte dos EUA como o tráfico de armas, o envolvimento com organizações criminosas, relação ambígua com os Talibãs e desrespeito pelas medidas vinculativas da North Atlantic Treaty Organization (NATO) e Conselho de Segurança (Koh, 2003; Chomsky, 2004).

Em conclusão, a norma que os Estados Unidos aplicam ao mundo, em comparação à perceção e padrão que têm sobre si mesmos, enfraquece o seu poder real como potência e aliado mundial. Além disso, ao oporem-se ao *status quo* global, acabam por

debilitar/minar a legitimidade das próprias regras internacionais – as quais, ironicamente, acabam por invocar ou impor a outros Estados quando assim o entendem (Gilmore, 2015).

### **3.4. Da identidade ideológica à construção da política (securitária)**

Tendo em conta todas as noções conceptuais e ideológicas que foram exploradas sobre o Excepcionalismo e a sua instrumentalização, considera-se necessário passar pelos efeitos a longo prazo na política internacional, e como se relacionam com as estratégias securitárias. Os inúmeros estudos e debates à volta do Excepcionalismo Americano têm vindo a concentrar-se cada vez mais na utilização do conceito no discurso político e a sua influência na construção da identidade americana (Gilmore, 2015). Nesta secção são destacadas brevemente como as dinâmicas psicológicas (fruto do Excepcionalismo) moldam as respostas dos americanos em relação à política, servindo de ponte para o próximo capítulo onde o assunto é passando pelos exemplos práticos.

Percebemos que o estatuto “excecional” dos Estados Unidos é uma ideia constantemente reproduzida como não negociável e incontestável, especialmente no discurso político americano (Edward & Weiss, 2011; Gilmore, 2015). Foi também demonstrado como a expressão do Excepcionalismo surge de todas as maneiras, mesmo dentro dos discursos políticos – das mais indiretas até às mais evidentes. O que é importante ter em conta na presente discussão é, não só como o peso do Excepcionalismo influencia a política doméstica e externa dos Estados Unidos da América, mas com que intenções e fins as estratégias discursivas são utilizadas. Ao mesmo tempo que a ideia é criada e alimentada entre a nação americana, é também aceite, credível e mesmo apelativa para a comunidade internacional – os Estados Unidos como o símbolo da liberdade, o verdadeiro *american dream* (Gilmore, 2015).

Em primeiro lugar, e como até agora se tem vindo a demonstrar, a ideologia excepcionalista faz parte das raízes e nascimento da nação dos Estados Unidos. Assim, é natural que os próprios cidadãos sejam inflexíveis às ideologias ou políticas que contrariem a sua identidade – aquilo que, para eles, faz os EUA (Ignatieff, 2005; Gilmore, 2015). Considerando o poder económico da nação, a história política e estatal, assim como a posição excecional a nível institucional que os Estados Unidos conseguem adquirir no sistema internacional, é calculável que a) o país julgue ter um direito único de

tomar decisões e ações internacionais sozinho, e b) o país queira mais poder e controlo sobre o meio internacional.

Por um lado, os Estados Unidos da América assumem posições contestáveis e intervenções internacionais controversas que lhes prejudicam a imagem a nível internacional (Koh, 2002). No entanto, muitas das suas ações e intervenções – legais e ilegais, constitucionais e inconstitucionais, com ou sem segundas intenções – impediram muitas atrocidades internacionais e, em parte, só foram possíveis devido ao Excepcionalismo Americano (Koh, 2003). A Coreia do Sul nunca teria conseguido travar o conflito com a Coreia do Norte durante o contexto da Guerra Fria sem as forças e recursos dos EUA (*ibidem*, 2003). Assim como a maioria dos conflitos e guerras civis durante a década de 90 provavelmente tinham visto mais consequências mortais se os EUA não tivessem ocupado os territórios e/ou agido militarmente em defesa de outrem – com ou sem autorização do Conselho de segurança (Kaldor, 2013; Koh, 2002; Roberts, 1999).

Considerando a quantidade de vezes que os Estados Unidos proporcionaram soluções ou evitaram más consequências para outros Estados, é natural que tenha vários aliados ou relações de confiança. Assim, a comunidade internacional acaba por ficar “impedida” ou muito limitada a contrariar as decisões dos EUA e, quando tal acontece, as más reações e relações são evidentes (considere-se o histórico hostil das relações dos EUA com a Rússia, China, Coreia do Norte, Síria, Irão, entre outros) (Koh, 2003).

Assim, o interesse e intenções finais dos métodos excepcionalistas utilizados pelos americanos (especialmente o corpo político e dirigentes) é o de exaltar a sua grandiosidade considerando que têm determinados direitos e poderes que outros países não têm (Chomsky, 2004; Gilmore, 2015; Holsti, 2010). Através dos discursos políticos o Excepcionalismo, disfarçado ou não, ganha mais ambiguidade possibilitando uma aceitação internacional mais fácil. Ou seja, os Estados Unidos acreditam que são excepcionais, em muitos aspetos são verdadeiramente únicos e a maior parte da comunidade internacional permite que assim o seja, muitas vezes por interesses mútuos e alianças internacionais ou pressão militar e económica.



## 4. Guerra contra o Terror e combate à COVID-19: o que está em jogo?

---

Este capítulo dedica-se à avaliação direta das dinâmicas e características dos discursos políticos no contexto dos dois casos práticos mencionados previamente – WOT e contexto pandémico do SARS-CoV-2. Esta comparação serve o propósito de demonstrar como o discurso é uma ferramenta, não só da política dos EUA, mas dos seus interesses excepcionalistas e securitários com propósitos diferentes da norma política internacional, através de padrões discursivos. A comparação dos casos práticos em questão é avaliada a partir de um quadro de parâmetros comparativos divididos pelos seguintes segmentos: construção de identidades, construção de um *special status* e construção da guerra.

### 4.1. Construção de identidades

A construção de identidades através de discursos é bastante subjetiva e muitas vezes acaba por acontecer indiretamente. Nesta secção é demonstrado como tanto os discursos políticos dos ataques de 2001 como os discursos políticos sobre a COVID-19 partilham estratégias narrativas semelhantes relacionadas com a criação de identidades legitimando determinadas ações por parte dos EUA.

No caso dos ataques a 11 de setembro a criação de um mito excepcional é clara com estratégias como a referência às vítimas e a despersonalização dos atacantes (Jackson, 2005). Apesar de parecer inocente, a contínua referência às vítimas, especialmente às que são socialmente reconhecidas como mais “frágeis” como mulheres e crianças, os EUA ganham uma face e uma posição inocente com afirmações poderosas como “The victims were in airplanes, or in their offices; secretaries, businessmen and women, military and federal workers; moms and dads, friends and neighbors. Thousands of lives were suddenly ended by evil, despicable acts of terror.” (Bush, 2001a) e ainda:

They are the names of men and women who wore the uniform of the United States, and died at their posts. (...) We will read their names. We will linger over them, and learn their stories, and many Americans will weep. To the children and parents and spouses and families and friends of the lost, we offer deepest sympathy of the nation. And I assure you, you are not alone. (Bush, 2001a).

A população acaba por ganhar uma responsabilidade moral, criada pelas figuras políticas dos EUA, para “defender a sua nação” e contra-atacar (Jackson, 2005). Ao mesmo tempo que é criada uma posição inocente e dinâmica de vingança, Bush descreve países como Coreia do Norte, Iraque e Irã como países “do mal” que “apoiam o terror” afirmando “States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world.” (Bush, 2002). No mesmo discurso, baseando-se em suposições, descreve como estes países são um perigo para o mundo e, em particular para os EUA. Sublinhando o excepcionalismo norte-americano e apelando a uma necessidade de agir e contra-atacar por “proteção” declara: “They could attack our allies or attempt to blackmail the United States. In any of these cases, the price of indifference would be catastrophic.” (*ibidem*, 2002).

O uso do que Jackson (2005) chama de “metanarrativas” nos discursos políticos relacionados com os ataques de 2001 é uma estratégia acessível e que apela automaticamente ao luto sentimental de todos os norte-americanos como os ataques de Pearl Harbor e da Guerra Fria. Também Van Dijk (2006) chama a este tipo de estratégias “participant definitions, that is, as mental constructs”, onde nos discursos políticos são criadas determinadas imagens através de descrições e características aplicadas ao cenário descrito. Estes têm a capacidade de funcionar como ligações simbólicas e psicológicas entre estruturas situacionais, estruturas sociais e estruturas discursivas porque representam subjetivamente aspetos de situações sociais e interferem diretamente nos processos mentais de produção discursiva e, por sua vez, de compreensão (Van Dijk, 2006).

Ao afirmar “(...) more than 500,000 Americans have now died from the virus. That is more Americans who have died in a single year of this pandemic than in World War I, World War II, and the Vietnam War combined.”, Joseph Biden (2021b) representa inerentemente este processo ao criar uma ponte representativa entre os eventos mencionados. Além disso, é relevante mencionar como é também transversal a criação de uma “nação unida por Deus” gramaticalmente presente nos dois momentos discursivos, e, em quase todos os discursos políticos americanos (Silverstein, 2002). Da mesma maneira, nos primeiros meses após os ataques de 2001 são constantes e repetitivas as referências à data do acontecimento quase com a intenção de criar o que Jackson (2005) chama de um efeito teatral e cinematográfico através da representação pictográfica da data – caracterizando com detalhe os sentimentos, as vítimas e a destruição dos

acontecimentos. O impacto simbólico desta criação discursiva foi tão intenso que nunca antes um evento internacional havia sido reconhecido pela respetiva data até à atualidade. O uso ambíguo dos pronomes “nós” e “vocês” é comum no sentido de tornar os conceitos difusos e existir uma margem retórica e de ação mais larga, no entanto, Bush identifica o “nós” claramente como “a nação” recriada e unida através da identificação do “terrorismo” contra “a nossa nação” (Bush, 2002). Além de reforçar a ideia do estatuto especial dos EUA, estabelece e enfatiza a lacuna entre identidades. Interligado à criação de um estatuto especial, está o apelo à superação dos eventos como uma nação unida através de contra-ataques e proteção (Silverstein, 2002). Isto torna-se claro com afirmações como “But our responsibility to history is already clear: to answer these attacks and rid the world of evil.” (Bush, 2001b). Da mesma maneira, no discurso político de 20 de janeiro de 2021, a repetição constante do “nós” discursivo e as referências constantes às metanarrativas e à força unicamente os EUA, tenta demonstrar como a nação estado-unidense é superior até a um vírus – sempre debaixo do guarda-chuva religioso (The White Administration, 2021).

## **4.2. Construção discursiva de um *special status***

No seguimento da secção anterior, é prioritário explorar duas produções dentro das principais identidades construídas em relação aos casos práticos aqui presentes – a construção de uma identidade própria (neste caso dos EUA) e de quem não representa os EUA (que os mesmo identificam como “adversários”).

Neste aspeto, o terrorismo e as doenças nos Estados Unidos são possíveis de equiparar porque são ambos contruídos como forças alienígenas perigosas que não olham fronteiras nacionais nem seguem os modelos convencionais (Muntean, 2009). No entanto, apesar de não considerarem limites geográficos e serem bastante difusas, estas ameaças são sempre apresentadas – a partir dos discursos políticos (principalmente ocidentais) – como “exteriores” sendo construídas “noutro sítio” e transferidas por “outros” atores instalando-se “aqui” (Spiro, 2000). Ao mesmo tempo, estes eventos são discursivamente descritos como “tragédias”, “calamidades”, “horrores” e “perdas” incomparáveis (Jackson, 2005). Ou seja, considerando a génese excepcionalista e a perceção que os Estados Unidos têm sobre si mesmos, os vírus e o terrorismo são vistos como ameaças estrangeiras aos Estados Unidos, ameaças desconhecidas e conseqüentemente difíceis de controlar.

Observe-se, no próprio dia 11 de setembro de 2001, Bush declara:

A great people has been moved to defend a great nation. Terrorists attacks can shake the foundations of our biggest buildings, but they cannot touch the foudation of America. These acts shattered steel but they cannot dent the steel of Amercan resolve. America was targeted for attack because we're the brightest beacon for freedom and oportunity in the world. And no one will keep at light from shining. (Bush, 2001a).

A imagem do evento como único e “inaugural” é realçada, não só devido ao ataque, mas por ter acontecido com os EUA, o “símbolo da liberdade e oportunidade”. Devido à constante exaltação deste tipo de narrativa, foi possível observar um sentimento de uma nova era de horror que encontra “ameaças nunca antes vistas” (Bush, 2001d). Pegando no trabalho de Jackson (2015) sobre o 11 de setembro e o que foi discutido previamente sobre o Excepcionalismo Americano, é possível afirmar que estas designações e a sua repetição têm um efeito psicológico a longo prazo que influencia as pessoas e a maneira como estas pensam o mundo, especialmente no seio político e as medidas que vão sendo adotadas.

Numa realidade “crua”, ignorando o estatuto político internacional que os Estados Unidos da América possuem e gostam de exaltar, tratou-se de um ataque onde um conjunto de aviões foram sequestrados e atingiram Nova Iorque – como aconteceu em 1985 com o voo de 181/182 da Air India<sup>5</sup>, em 1988 com o atentado de Lockerbie<sup>6</sup> e com os restantes 174 casos onde aviões foram sequestrados e centenas de pessoas morreram só na década de 1990 (Miller, 2007). Este tipo de estratégia tem o intuito simbólico de criar uma afirmação perentória sobre o respetivo assunto e sobre a posição de quem o enuncia em relação ao mesmo.

Este tipo de estratégia é igualmente identificável nos discursos políticos que têm vindo a ser declarados pelos oficiais dos Estados Unidos em relação à COVID-19. Depois da World Health Organization (WHO) ter anunciado o estado oficial de pandemia global, Donald Trump – na altura presidente – deu um discurso exaltando como os EUA estavam a suceder. Após comparar o sucesso dos EUA com o falhanço dos outros países afirma:

Because of the economic policies tthat we have put into place over the last three years, we have the greatest economy anywhere on the world, by far. Our banks and financial institutions are fully capitalized and incredibly strong. Our

---

<sup>5</sup> Um avião com partida de Montreal para a Mumbai sofreu um ataque premeditado causado por um passageiro com documentos falsos que colocou uma bomba na sua bagagem não chegando a embarcar (Rae, 2005).

<sup>6</sup> Ataque terrorista ao voo 103 da Pan Am com partida de Londres para Michigan cuja bomba implantada no avião detonou sobre Lockerbie mantando todos os passageiros e tripulantes, assim como 11 cidadãos em terra (Britannica, 2020).

unemployment is at a historic low. This vast economic prosperity gives us flexibility, reserves, and resources to handle any threat that comes our way. (Trump, 2020a).

A referência às políticas adotadas antes do coronavírus e a ênfase dada às instituições económicas e financeiras americanas são exaustivas nos discursos de Trump, especialmente em relação aos discursos relativos ao coronavírus. As repetições e uso de palavras excessivas para descrever os EUA por Trump são óbvias, o que nos faz concluir que o foco acaba sempre por ser como a nação americana é maior que qualquer ameaça, direta ou indiretamente. No mesmo discurso, Trump prossegue:

No nation is more prepared or more resilient than the United States. We have the best economy, the most advanced healthcare, and the most talented doctors, scientists, and researchers anywhere in the world. We are all in this together. We must put politics aside, stop the partisanship, and unify together as one nation and one family. As history has proven time and time again, Americans always rise to the challenge and overcome adversity. (Trump, 2020a).

Que efeito direto tem a longo prazo na sociedade? O que Bush, no contexto dos ataques de 11 de setembro, e Trump, no contexto pandémico do SARS-CoV-2, construíram intencionalmente foi uma imagem de grandiosidade a longo prazo atribuindo aos EUA um falso estatuto especial. No primeiro caso, através da génese do evento foi aproveitado o contexto de luto coletivo, alimentado com o intuito de tomar medidas políticas específicas, o que é verificável, não só pelo impacto que o evento teve a nível mediático e político, mas por ter impulsionado um novo paradigma e focos internacionais (o foco internacional do combate ao terrorismo). No caso da pandemia criada pelo coronavírus, o estatuto especial dos Estados Unidos é utilizado essencialmente através da exaltação exagerada do vírus como estrangeiro e produzido propositadamente (Dewan, 2020), assim como a partir de uma posição excepcionalista mesmo dentro do mau cenário internacional:

We closed up the greatest economy in the world in order to fight this horrible disease that came from China. It's a worldwide pandemic. It's all over the world. You see the spikes in Europe and many other places right now. If you notice, the mortality rate is down, 85%. The excess mortality rate is way down, and much lower than almost any other country. And we're fighting it and we're fighting it hard. (Trump, 2020b).

A situação é diferente nos dois contextos, mas equiparável no sentido em que ambas as figuras políticas utilizam um estatuto especial manufaturado para ter um efeito na população a longo prazo com o intuito de utilizar o mesmo a seu favor no seio político (Drezner, 2020). Aqui estão bem presentes as influências do Excepcionalismo Americano e como este é desenvolvido a partir do nacionalismo através de símbolos patriotas constantemente exacerbados a nível doméstico e internacional tornando clara a sua

influência global (Koh, 2003). O discurso é um meio de reproduzir a imagem e ideologia do Excepcionalismo Americano e, ao mesmo tempo, de aproveitar o respetivo Excepcionalismo para tomar posições políticas que, noutra contexto, seriam questionadas.

Da mesma maneira, o Excepcionalismo Americano alimenta e faz uso do que é chamado *savior complex* pela psicologia. O *white savior complex* ou, neste caso, o *american savior complex* vem contribuir para esta ideia de que os EUA têm um estatuto especial, sendo que alia o Excepcionalismo Americano, as estratégias políticas americanas e a criação de uma identidade social (Katz, 2019). Nem o mais recentemente adorado Presidente norte-americano escapa a este tipo de narrativa e discursos:

America is not the world's policeman. Terrible things happen across the globe, and it is beyond our means to right every wrong. But when, with modest effort and risk, we can stop children from being gassed to death, and thereby make our own children safer over the long run, I believe we should act. **That's what makes America different. That's what makes us exceptional.** With humility, but with resolve, let us never lose sight of that essential truth. (Obama, 2013).

A citação transcrita acima refere-se ao discurso de Barak Obama no dia 10 de setembro de 2013, quando a figura política apelou ao povo americano para apoiar o ataque militar ao governo sírio em resposta ao suposto uso de armas químicas contra os seus próprios cidadãos na guerra civil do país. O que estimula o público americano a atuar é, não só o ataque cometido ao seu próprio país, mas como o povo americano é excepcional e diferente do resto do mundo com uma missão, ou seja, precisa de ser o salvador da pátria – americana e internacional (Gilmore, 2015).

A construção de um estatuto especial para os EUA com influência do Excepcionalismo Americano leva-nos ao segundo parâmetro de comparação, sendo que tem diretamente a ver com o respetivo. Nesta secção é demonstrado como é construído, em paralelo com o *special status*, um desprezo pelas outras nações que trazem os problemas (nomeadamente o terrorismo e os vírus) para os EUA. Como referido previamente, Spiro (2000) descreve como os EUA criam as ameaças internacionais como estrangeiras, pressionando a própria população a unir-se (contra outra entidade estrangeira). Um dos exemplos internacionais mais óbvios é este tipo de discurso onde existe uma ilustração de coletividade nacional e, ao mesmo tempo, a construção de uma singularidade internacional (Silverstein, 2002).

Seguindo a lógica, os eventos nunca são contra “um mero país”, são contra “nós”, todos os americanos são afetados por estes eventos. Fica evidente a diferença entre o “nós” e

“os outros” e como este ato discursivo poderoso constrói um sentimento excepcional de luto coletivo (Powell, 2011). No caso dos ataques de 11 de setembro, sendo que aconteceram há mais tempo, é possível observar como fatores como a constante repetição e referências discursivas tiveram um papel fulcral para a criação de uma simbologia e significância maiores (Jackson, 2005). As referências de Bush

No caso da COVID-19, apesar da chegada e o impacto serem recentes, é possível identificar um recurso ao fator do “inesquecível” como aconteceu com os ataques às Torres Gêmeas e o ataque de Pearl Harbor (Silverstein, 2002). O vírus da COVID-19 é e será, certamente, inesquecível devido às suas características e consequências internacionais, mas o que é enfatizado como chocante e inesquecível através das estratégias discursivas dos EUA é a maneira como afetou a sua população e como o vão ultrapassar devido à sua grandiosidade diferenciando o país do resto do mundo. Observe-se a maneira como Trump escolhe distinguir o progresso dos Estados Unidos:

Our team is the best anywhere in the world. At the very start of the outbreak, we instituted sweeping travel restrictions on China and put in place the first federally mandated quarantine in over 50 years. We declared a public health emergency and issued the highest level of travel warning on other countries as the virus spread its horrible infection (Trump, 2020b).

Em comparação, enquanto Trump afirma que os EUA são a nação mais bem preparada para qualquer ameaça, afirma que a União Europeia “falhou a tomar precauções” em relação à China realçando como uma separação e encerramento de fronteiras é uma prioridade para a prosperidade dos EUA (Trump, 2020a). Da mesma maneira que Trump tratou o vírus como “vírus chinês”, também Bush se referiu aos atacantes como estrangeiros, estas representações têm um objetivo claro de estabelecer a diferença dicotômica entre o bom e o mau, o mundo próspero/civilizado e o mundo desatualizado/bárbaro e a representação da liberdade e da submissão (Jackson, 2005).

Tudo isto contribui para a criação de um *special status* dos EUA e de uma imagem sobre os outros países como inferiores, o que, por sua vez, acaba por ser transferido para a Política Externa, mais notoriamente através dos discursos políticos (Spiro, 2000). A criação deste estatuto especial é impulsionada e, ao mesmo tempo, impulsiona um mito que dá simbolismo a uma experiência coletiva vivida pelos EUA como uma identidade nacional (Jackson, 2005).

### 4.3. A construção discursiva dos eventos como guerras

Um dos fenômenos mais interessantes e complexos a nível discursivo e sociológico identificável nos discursos pós-11 de setembro é a reconstrução dos eventos como atos e de guerra. No próprio dia dos ataques, Bush (2001c) descreveu os ataques como “atos terroristas deliberados e mortais” e, três dias depois, após fazer uma introdução sentida sobre as vítimas, Bush afirma:

But our responsibility to history is already clear: to answer these attacks and rid the world of evil. **War has been waged against us** by stealth and deceit and murder. The nation is peaceful, but fierce when stirred to anger. This conflict was begun on the timing and terms of others. It will end in a way, and at an hour, of our choosing. (...) In every generation, the world has produced enemies of human freedom. They have attacked America, because we are freedom's home and defender. (Bush, 2001b).

Existe a identificação e culpabilização de um ato “deliberado” – o objetivo dos perpetradores torna-se o que Silverstein (2002) designa um ato de ódio contra os Estados Unidos da América e Bush demonstra a necessidade de ripostar. No dia 20 de setembro de 2001 existe mais uma confirmação discursiva clara por parte dos EUA em relação aos ataques como uma guerra, ao ser reafirmado por Bush “On September the 11th, enemies of freedom committed an act of war against our country.” (Bush, 2001d). Os “atos de guerra” cometidos contra os EUA passam a ser identificados quase como um exemplo e aviso para o mundo sobre uma ameaça perigosa e os novos “inimigos da paz”.

“Inimigos da paz” é como Bush (e todas as restantes figuras políticas americanas) escolhe identificar os atacantes, implicando inerentemente que os atores não são pacíficos fomentando a personificação de bárbaros vindouros de uma não-civilização, uma ameaça à democracia (representação dos EUA). Ao mesmo tempo que identifica os ataques como um ato de guerra – que só por si já cria uma imagem – refere como o ato é “against our country” tornando a dimensão do acontecimento maior e demonstrando através da influência excepcionalista como atacaram diretamente a sua nação e valores (Silverstein, 2002). Esta narrativa gramaticalmente construída foi sempre protagonista nos discursos políticos das elites dos EUA sendo sempre demonstrado como “[the] War has been waged against us by stealth and deceit” (Bush, 2001d) – o que outrora eram “atos de terror” passaram a ser sempre descritos como “atos de guerra”, “homicídios”, “batalhas de guerra” (Jackson, 2005). Ao mesmo tempo, para sustentar e fomentar a narrativa da guerra, as vítimas e pessoas que estiveram a combater os eventos foram retratados como “feridos/vítimas em combate” (*ibidem* 2005).

Este aspeto verifica-se de maneira mais evidente com os discursos sobre a COVID-19 sendo que existiu uma promoção de sentimentos nacionalistas transversal a quase todos os Estados (Dewan, 2020). O Presidente Xi Jinping declarou Wuhan como uma “cidade heroica” e relacionou a luta nacional contra o coronavírus com a “luta das pessoas” (Global Times, 2020). Uma grande parte dos Chefes de Estado ou figuras políticas internacionais tiveram o mesmo tipo de afirmações, passando por países como África do Sul, Hungria, Israel e a maioria dos países europeus (Dewan, 2020).

Donald Trump, ainda durante a sua administração, foi dos primeiros governantes, ao lado do Brasil, China, Israel, Índia, a referir-se ao vírus como uma “guerra” através dos seus discursos políticos e da rede social Twitter onde, no dia 18 de março de 2020, escreveu “The world is at war with a hidden enemy. WE WILL WIN!” (Dewan, 2020). Numa fase inicial existiu um desprezo por Donald Trump sobre a informação relacionada com a pandemia tendo o mesmo afirmado coisas absurdas como ter uma habilidade medicinal natural, descartar o uso da máscara, apelar ao uso de hidroxicloroquina e silenciando profissionais de saúde (Messerschmidt, 2020). No dia 24 de fevereiro de 2020, Trump utiliza a plataforma Twitter para afirmar que “The Coronavirus is very much under control in the USA” (Politwoops, 2020; Acosta, 2021). Trump desprezou o vírus afirmando inicialmente que os números de pessoas afetadas eram reduzidos e as pessoas eram estrangeiras mesmo depois dos avisos da WHO e da Central Intelligence Agency (CIA) (Rutledge, 2020). Ainda que o foco desta secção seja a análise da construção do combate à Sars-CoV-2 como uma guerra, as narrativas paradoxais que Trump assumiu ao longo do mandato não deixam de revelar uma incoerência, colocando em causa a própria estratégia.

Este desprezo durou até a necessidade de mudar ser inegável de todas as maneiras possíveis sendo que só a 16 de março de 2020, quando já existiam 4,500 casos confirmados nos Estados Unidos é que Trump revelou que eram precisas medidas de combate à pandemia (*ibidem*, 2020). A 17 de março de 2020, Trump afirmou pela primeira vez que o surto se tornou numa pandemia e ainda que sempre soube que ia existir uma pandemia muito antes de ser discutido pelas entidades internacionais (Rogers, 2020). A tomada de decisão tardia por parte de Donald Trump, assim como a mudança radical de visão face ao vírus demonstram a sua falta de coesão e uma estratégia essencialmente política – aquilo que era um “inimigo invisível” ganhou uma face muito rapidamente (Rutledge, 2020).

Mesmo com o falhanço de Trump em combater o vírus, sempre foi utilizada uma terminologia de guerra nos seus discursos políticos chegando a apelidar-se no mês de março um “war-time President” exigindo “total authority” do Gabinete do Presidente (Trump, 2020c). Os objetivos do ex-presidente prendiam-se com a construção e uma narrativa de guerra para acentuar o seu poder, acentuar o inimigo e melhorar a sua posição política face às eleições presidenciais (Rutledge, 2020). Rapidamente, Trump começou a culpabilizar entidades como a WHO e a comunidade científica por não tomarem medidas em relação ao vírus. Ao mesmo tempo, com o apoio do Secretário de Estado Mike Pompeo, exerceu uma pressão sobre a comunidade científica para forçar uma narrativa que explicasse como a COVID-19 havia sido criada num laboratório chinês (Wadhams, Jacobs, Sink, & Lauerman, 2020).

A situação de Trump distingue-se pela construção diferente das narrativas de guerra e como essas assumiram um papel de legitimar e dar força ao controlo estatal (Powell, 2011). A retórica da guerra aumentou no discurso público, assim como o apelo à necessidade de medidas extraordinárias imediatas:

From the beginning of time, nations and people have faced unforeseen challenges, including large-scale and very dangerous health threats. This is the way it always was and always will be. It only matters how you respond, and we are responding with great speed and professionalism. (...) Smart action today will prevent the spread of the virus tomorrow. (Trump, 2020b).

Kenneth Roth, diretor executivo da Human Rights Watch, chegou a comparar diretamente as medidas tomadas durante o Estado de Emergência e as medidas tomadas após os ataques em 2001 afirmando “In many ways, the virus risks replicating the reaction to Sept. 11 (...) People were fearful and asked governments to protect them, Many governments took advantage of that to undermine rights in ways that far outlasted the terrorist threat.” (Baker, Tostevin, & Ghoshal, 2020). O próprio Donald Trump chegou a afirmar que o vírus da COVID-19 é o “pior ataque” aos EUA, pior que o ataque a Pearl Harbor e os ataques de 11 de setembro (BBC News, 2020).

No dia 18 de março de 2020, durante uma conferência, Donald Trump afirma:

In World War Two, young people in their teenager years volunteered to fight. They wanted to fight so badly because they love our country. (...) To this day, nobody has seen anything like what they were able to do during World War Two. **And now it's our time.** We must sacrifice together because we are all in this together and we'll come through together. **It's the invisible enemy.** That's always the toughest enemy: the invisible enemy. But we're going to defeat the invisible enemy. I think we're going to do it even faster than we thought. And it will be a complete victory. It'll be a total victory. (Trump, 2020c)

Existe uma série de elementos aqui presentes que representam bem aquele que foi a narrativa política de Trump após legitimar e reconhecer a gravidade do coronavírus. A referência à Segunda Guerra Mundial e à maneira como foi lutada pelos americanos remonta a i) uma ativação direta da metáfora da guerra (Bates, 2020); e ii) ao sentimento excepcionalista que referenciado ao longo deste trabalho. Ao comparar os esforços do governo e população contra o coronavírus a uma guerra, a metáfora torna a associação de definições mais fácil para o público e encoraja as pessoas a “derrotar” este “inimigo” com o intuito de existir uma “vitória”.

Como Bush (2001d), Trump menciona um inimigo vago e retrata o mesmo ainda com uma distância, não existindo grandes esclarecimentos dando somente a sensação de que um inimigo presente. Nesta fase, afirma ser “invisível”, ainda que saibamos como o governante atribuiu uma “cara” a este vírus (Bates, 2020), assim como Bush em relação ao terrorismo e Médio Oriente. Afirmando que “agora é a nossa altura” ressuscita o nacionalismo americano que tão bem retrata os presidentes americanos e, ao mesmo tempo, deixa umas pontas soltas em relação ao futuro.

Apesar da construção dos eventos como “guerras” legitimar os atacantes como entidades internacionais reconhecidas, este ato torna-se simbólico e poderoso no sentido de justificar ações de “contra-ataque” por parte dos EUA (Silverstein, 2002). A utilização de analogias a guerras e terminologias bélicas acaba por limitar o meio de ação da população doméstica como legitima o uso de qualquer meio de “defesa” devido à narrativa da “excepcionalidade” (Dewan, 2020). Assim, o uso estratégico da alegoria da guerra durante a pandemia tem claras intenções políticas sendo as principais a consolidação de poder como superpotência internacional e exaltação do nacionalismo (Baker, Tostevin, & Ghoshal, 2020).



## 5. Discussão e Conclusões

---

Tendo existido uma prévia exposição e desconstrução daquelas que são as estratégias discursivas dos Estados Unidos da América face a determinadas ameaçadas, é fulcral explorar os objetivos de quem prolifera os respetivos. Utilizar estratégias discursivas é comum e, especialmente no seio político internacional, é inerente à argumentação e debates políticos e diplomáticos (Kavoori & Fraley, 2006). O que é necessário descortinar são as agendas por trás destas construções, como o fazem e que benefícios trazem para quem as constrói.

Nesta secção é sugerido um modelo de interpretação sobre aquelas que são as intenções e comparações políticas e as medidas de securitização. Tendo sido apresentadas as estratégias discursivas com exemplos práticos das figuras políticas dos Estados Unidos da América no capítulo anterior, é ilustrado de seguida o porquê de estas existirem e o que omitem, sendo sempre acompanhado pela exposição dos desafios que estas estratégias impõem para a existência de informação fiável e transparente.

### 5.1. Discurso e Securitização

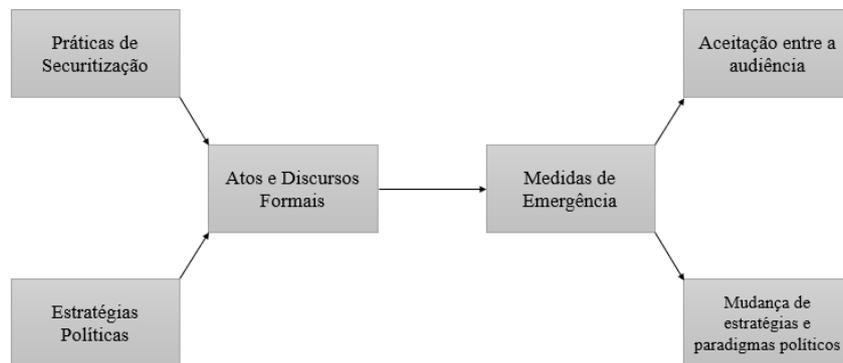
Os discursos políticos dos Estados Unidos da América estão intrinsecamente ligados não só às estruturas sociais dos Estados, mas também à segurança e políticas bélicas (Herman & Chomsky, 1988). É relevante ter estas noções em conta, sendo que as estratégias discursivas apresentadas estão diretamente relacionadas com medidas e procedimentos de securitização (Buzan, Waever, & Wilde, 1998). Trazer o conceito de securitização à discussão permite situar-nos em relação à intenção *core* das estratégias discursivas dos EUA – sendo essa a de construir um objeto de referência como ameaça intersubjetiva à sociedade permitindo a adoção de medidas urgentes e excecionais para lidar com a “ameaça” que, num contexto normal, nunca seriam permitidas (Guzzini, 2015).

Segundo Barrinha e Freire (2015: 16), “(...) falar de segurança não deve ser entendido como um ato inocente. Mais precisamente, o enquadramento de questões políticas, como questões de segurança, leva à promoção de um determinado enviesamento político (...)”. Assim, sendo a segurança um setor que necessita e se envolve intrinsecamente com todas

as estruturas da sociedade, é natural que se revele e faça uso dos meios discursivos e mediáticos (Waeber, 2015). Em particular, no caso dos discursos políticos dos EUA, as estratégias discursivas fazem uso das necessidades de segurança política e a segurança aproveita-se dos meios discursivos. Tanto Trump como Bush demonstraram assumir uma relação performativa particular com o discurso sendo que foram criadas noções que podem distorcer a maneira como a realidade é interpretada (Neo, 2020). Assim, é possível identificar como a securitização e as dinâmicas do ato da fala se inserem na análise das estratégias dos discursos políticos dos EUA.

Tanto nos discursos de Bush como de Trump a representação da securitização dos discursos é evidente assim que analisados nos contextos fraturantes. No caso da guerra contra o terror, Bush criou gradualmente uma ideia de “perigo terrorista contra os EUA” (Jackson, 2005), semelhante ao mais recente “antiamericanismo externo” que Trump veio a identificar como qualquer reação política contrária à sua (Neo, 2020) – em ambos a identificação de uma ameaça exterior contra os Estados Unidos da América e valores estado-unidenses é clara.

Segundo Guzzini (2015), o discurso que produzimos sobre a realidade interage com a própria realidade. Como foi possível verificar com as repetições discursivas e criação de ideologias no contexto da WOT e do combate à atual pandemia, o discurso é por si só uma prática discursiva e a elaboração de uma interpretação (Foucault, 1969; Fairclough, 2003). Tendo isto em conta, é fácil compreender como, em contextos de vulnerabilidade, existe um acesso maior por parte da política em relação à população no geral. O ato discursivo na esfera da política externa – especialmente dos EUA – acaba por constituir um processo de elevar uma questão política para fora da esfera política (Buzan, Waeber, & Wilde, 1998). É neste espaço de mobilização e dispersão discursivas que se verifica uma subjetividade interpretativa que, por sua vez, pode integrar determinados acontecimentos como ameaças (Guzzini, 2013), neste caso, ataques nacionais e um vírus global que acabam por se tornar ameaças com um adversário claro e aparentemente comum.



*Figura 1 - Ilustração simplificada do processo de securitização com ênfase no papel*

A securitização é, assim, uma mobilização bem-sucedida da lógica do discurso de segurança que permite o recurso a medidas extraordinárias (Waever, 2015). Neste sentido, os discursos políticos de Trump e Bush podem ser vistos como vínculos da securitização quando, segundo Barrinha e Freire (2015) existem significados partilhados entre a audiência que, por sua vez, enquadram estímulos ou lógicas que legitimem a transformação desses em questões de segurança. Neste caso, detém particular relevância as dinâmicas mencionadas do Excepcionalismo Americano sendo que, segundo Holsti (2010), esses valores nacionalistas contribuem em larga medida para a legitimação das narrativas das figuras políticas norte-americanas, especialmente quando entidades relevantes como Trump e Bush exaltam discursivamente este tipo de simbologias altivas em contextos internacionais fraturantes.

## **5.2. Efeitos dos discursos securitários no contexto do 11 de setembro e da COVID-19**

Tendo em conta o conceito de securitização e como este se integra no processo de análise dos casos práticos mencionados, resta saber o porquê de isto acontecer e quais os benefícios para quem os manufatura. Como percebemos, na maior parte das vezes, a securitização e escolha meticulosa de palavras não são elaboradas aleatoriamente no meio político (Waever, 2015). Existe uma intencionalidade essencial por parte das elites políticas de manufaturar o consentimento da audiência de alguma maneira, ou seja, criar uma concordância entre o público através de novas técnicas de propaganda que, por sua

vez, são construídas através de discursos e narrativas estrategicamente pensadas (Herman & Chomsky, 1988).

No caso dos Estados Unidos da América, além dos discursos políticos nunca se limitarem a descrever factos sendo que são políticos e conhecem uma estratégia óbvia, estes criam uma dissuasão de informação e mobilização da população (Johnson & Avery, 1999). Quando Trump diz que os EUA estão sob ataque em relação ao vírus da COVID ou Bush exalta os eventos de 11 de setembro como uma guerra, existe uma estratégia além da presença política (Arceneaux, 2012). Existe uma narrativa criada com a intenção de mobilizar as interpretações e ações dos ouvintes de acordo com i) o plano político doméstico das elites políticas (locutores) e ii) o plano estratégico a nível externo (influência internacional) (Rutledge, 2020). Recentemente, os fenómenos político-discursivos têm sido estudados através dos seus efeitos psicológicos na população. Num contexto de maior vulnerabilidade, em vez de serem tomadas decisões sóbrias pesando alternativas, as escolhas das pessoas refletem predisposições que se relacionam com os seus contextos para solucionar os seus problemas (Haselton & Buss, 2003). Ou seja, à partida, a tomada de uma decisão depende da pessoa em concreto assim como do grupo e contexto em que se insere. Com o surgimento de um contexto pandémico global durante a governação de Trump, cujos discursos enfatizam a importância dos Estados Unidos da América e criam uma guerra contra um “vírus chinês”, um grande número de pessoas estará disposto a concordar com as suas convicções (Arceneaux, 2012), se acreditar em conjunto que pode evitar ficar infetado com o coronavírus.

Esta mobilização discursiva de pessoas através de um acontecimento fraturante (neste caso um ataque externo ou um vírus infeccioso) é vista muitas vezes pelos estadistas estado-unidenses como uma oportunidade de mudança de paradigma e/ou de aumentar a sua influência (Fairclough, 2003). É possível verificar o respetivo processo com Bush e as suas narrativas discursivas. Quando um ataque como o 11 de setembro se dá, é esperado que a principal figura estatal dos EUA conforte a sua população e dê uma sensação de segurança coletiva (Jackson, 2005). Contudo, ao ouvirem-se os discursos de Bush e com os exemplos que aqui foram ilustrados, é pouco provável que a audiência sinta algo que não raiva, medo e/ou ansiedade. Nessa instabilidade emocional partilhada, as pessoas têm mais probabilidade de optar por respostas que aparentem ter soluções mais imediatas (Arceneaux, 2012). Aqui, a influência do Excepcionalismo Americano assume um papel relevante novamente onde, adicionando à vulnerabilidade criada pelo acontecimento em

si, surge a influência da excecionalidade nacionalista pré-estabelecida (Holsti, 2010), possibilitando uma adesão mais eficaz e instantânea às narrativas discursivas que impulsionam esse sentimento. Neste sentido, os discursos e as técnicas de securitização são métodos políticos que ultrapassam as estratégias de influência quando as elites se aproveitam de um conjunto de fatores para tomar medidas que noutra altura não seriam permitidas sempre para seu próprio benefício (Waever, 2015).

A recorrência a métodos para transpor os objetivos políticos na realidade é comum nos discursos políticos das principais figuras políticas dos EUA (De Beaugrande, 1991). O conceito de *overlexicalization* é definido por Fowler (1985: 69) como “a disponibilidade de várias palavras para um só conceito”. Este divide realidades em categorias que resultam na atribuição de determinados significados em vez de outros serem considerados em primeiro plano (Brookes, 1995). Pegando na análise aos discursos políticos no contexto da WOT e da pandemia, é possível verificar como a realidade nacionalista é então alimentada através deste tipo de estratégias pelos conceitos dicotômicos de democracia/desordem, guerra/paz, nós/eles (Fairclough, 2003). Existe, assim, uma dinâmica quase cíclica entre elites/audiência e realidade/discursos políticos onde, em ambas as situações, tanto um setor como o outro se influencia e alimenta mutuamente.

A naturalização destes termos permite uma reformulação do seu significado e simbolismo através de uma “rotina de substituição” de uma palavra por outra (Johnson & Avery, 1999). Este processo cria e forma ideologias por permitir que determinados aspetos (de interesse político privado) se tornem prioritários e altera as interpretações sobre os respetivos (Brookes, 1995). Os maiores e mais claros exemplos deste processo são, no caso do contexto da guerra contra o terror, a reformulação de um ataque isolado para um evento terrorista mundial onde “o mundo começou a estar em guerra” contra “o terrorismo” e, no contexto da pandemia mundial, a clara reformulação de um “vírus” para uma “guerra”. Estas técnicas não são utilizadas sem a intencionalidade concreta da definição que conhecem – tornar os significados das palavras amplos e duvidosos (Johnson & Avery, 1999). Isto é exercido de maneira a existir uma margem de ambiguidade que possibilite atores políticos como Trump e Bush utilizem os termos alterados a seu favor – ainda que de maneiras bastante diferentes como conseguimos ver.

### 5.3. Considerações finais

Tendo analisado um conjunto de momentos discursivos selecionados com o intuito de verificar a existência de um padrão por parte dos EUA e tendo tido uma série de considerações conceptuais importantes, podemos retirar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, após termos reunido as condições metodológicas e observado os casos práticos, podemos afirmar que é possível reconhecer um padrão discursivo por parte dos EUA aquando de situações de maior vulnerabilidade no contexto da política internacional, particularmente face a questões ou sujeitos que ameaçam aquilo que os EUA julgam ser a sua estrutura e símbolo nacional (Excepcionalismo Americano). Verificou-se uma construção de identidades a partir da criação e associação de conceitos como “inimigos”, “luta”, “guerra”, “nós”, “outros, entre outros. Além disso, verificou-se, nos dois momentos, a mesma estratégia política nos discursos das figuras políticas conduzida pela seguinte lógica:

- Reconhecimento da existência de uma ameaça à segurança dos EUA,
- Necessidade de combater esta ameaça com a união e poderes excepcionais dos EUA,
- Criação de uma limitação sólida e divisão da identidade dos EUA e dos outros países,
- Lutar contra os inimigos dos EUA que criam esta ameaça,
- Demonstrar como os EUA, devido às capacidades que têm e que os outros países invejam, conseguem ultrapassar os obstáculos,
- Comprovar, segundo os EUA, como os mesmos são únicos e são precisas medidas políticas únicas.

Podemos ainda afirmar que as governações de Bush e Trump, assim como as restantes partes interessadas, escolheram utilizar as estratégias discursivas mencionadas de maneira a solidificar o seu controlo político sobre a sua população (Pedro, 2011). O controlo político é exercido através de uma lógica de limitação clara de liberdades, não só físicas como psicológicas sendo que a informação é disseminada e limitada (*ibidem*, 2011).

Assim, as práticas securitárias e nacionalistas inseridas nos discursos políticos dos EUA exibem um padrão discursivo durante contextos de vulnerabilidade internacional. Este padrão deve-se essencialmente, recuperando as lentes analíticas de Fairclough na sua proposta de Análise Crítica de Discurso (2009), à ideologia e hegemonia dos EUA,

particularmente tendo em conta a minha análise dos discursos políticos durante a WOT e o combate ao coronavírus. As reproduções de hegemonia através do Excepcionalismo Americano estão inseridas nos discursos políticos e ideologias dos EUA que, tendo em conta a importância internacional do respetivo, influencia o decorrer da política e relações internacionais.

Resumindo, o padrão discursivo foi identificado num conjunto de discursos políticos de governantes dos EUA selecionados nos contextos da WOT e combate à SarS-CoV-2 demonstrando como os discursos são simples, mas carregam simbolismos. Da mesma maneira, também o facto de este cânone/tipologia de discurso político surgir em contexto de ameaça e/ou vulnerabilidade política e de segurança internacional acarreta um simbolismo. No caso da Guerra contra o Terror após os ataques de 11 de setembro, foi possível verificar desde a referida data até agora que os discursos políticos de Bush viram como consequência a mudança do *status quo*. Quebraram com o paradigma internacional no sentido de terem abanado a estrutura e mudado o foco internacional para o combate ao terrorismo, sendo que o conceito foi muito trabalhado até à atualidade e o investimento bélico e político veio a aumentar (Jackson, 2005; Omizzolo & Sodano, 2020). No que respeita ao combate ao coronavírus e às frentes que têm vindo a ser criadas (Bates, 2020), as narrativas de guerra têm vindo a fomentar, por um lado, uma vaga de apoio e, por outro, um distanciamento daquilo que foi feito com a pandemia durante o governo de Trump (Omizzolo & Sodano, 2020; Bates, 2020). Biden viu melhorias num tempo recorde assim no que diz respeito à distribuição de vacinas e recuperação de casos, no entanto, não significa que a narrativa de guerra tenha sido abandonada. Mais análises discursivas e, respetivamente, de padrões de discursos serão necessárias – não em relação a pandemias ou terrorismo em particular, mas sobre as novas ameaças identificadas como inimigos – com o intuito de preencher a lacuna sobre o uso de tipologias estratégicas de discursos considerando contextos, discursos políticos e intenções securitárias e ideológicas.



## Referências Bibliográficas

---

- Acosta, J. [@Acosta]. (2021, fevereiro 24). Trump tweeted “coronavírus is very much under control in te USA” one year ago today (it was 2/25 in India when we saw tweet). He told Woodward “this is deadly stuff” in Feb 7 phone cal. Nat Sec adv warned Trump of threat on Jan 28 saying it will be “roughest thing you face” [Tweet]. Disponível em: <https://twitter.com/Acosta/status/1364580336789839872> [consultado a 22 de março de 2021].
- Almujaiwel, S. (2017). Discursive patterns of anti-feminism and pro-feminism in Arabic newspapers of the KACST corpus. *Discourse & Communication*. Saudi Arabia: Sage Journals. Pp. 1-26.
- Arceneaux, K. (2012). ‘Cognitive biases and the strength of political arguments’, *American Journal of Political Science*, 56:2, 271-85.
- Archetti, C. (2013) *Understanding Terrorism in the Age of Global Media*. The Palgrave Macmillan: University of Salford, UK.
- Baker, L., Tostevin, M., Devjyot, G. (2020, abril 10). In global war on coronavírus, some fear civil rights are collateral damage. *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-rights-idUKKCN21S1CZ> [consultado a 20 de março de 2021].
- Barrinha, A., Freire, M. R. (2015) *Segurança, Liberdade e Política. Pensar a Escola de Copenhaga em Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Bates, B. R. (2020, junho 30). The (In)Appropriateness of the WAR Metaphor in Response to Sars-CoV-2: A Rapid Analysis of Donald J. Trump’s Rhetoric. *Frontiers in Communication* 5:50. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fcomm.2020.00050/full> [consultado a 10 de setembro de 2021].

- BBC News. (2020, 7 de maio). Trump says coronavirus worse ‘attack’ than Pearl Harbor. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-52568405> [consultado a 2 de setembro de 2021].
- Biden, J. (2020, setembro 29). Trump versus Biden in the first US Presidential election debate [ficheiro em vídeo]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K8Z9Kqhrh5c> [consultado dia 20 de março de 2021].
- Biden, J. (2021a, 4 de fevereiro). Remarks by President Biden on America’s Place in the World. In The White House President Biden Archives, Briefing Room: Speeches & Remarks. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/02/04/remarks-by-president-biden-on-americas-place-in-the-world/> [consultado a 8 de agosto de 2021].
- Biden, J. (2021b, fevereiro 22). A Proclamation on Remembering the 500,000 Americans Lost to COVID-19. In Briefing Room – The White House. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2021/02/22/a-proclamation-on-remembering-the-500000-americans-lost-to-covid-19/> [consultado a 21 de março de 2021].
- Britannica (2020, 14 de dezembro). *Pan Am flight 103: terrorist bombing, over Lockerbie, Scotland, United Kingdom [1988]*. Encyclopedia Britannica. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Pan-Am-flight-103> [consultado a 1 de setembro de 2021].
- Brookes, H. J. (1995). ‘Suit, tie and touch of juju’ – the ideological construction of Africa: A critical discourse analysis of news on Africa in the British press. *Discourse & Society*, 6 (4), pp. 461-494.
- Busse, B. (2010). Adverbial expressions of stance in early modern ‘spoken’ language. In J. Helbig (Ed.). *Anglistentag 2009 Klagenfurt – Proceedings* (pp. 47–64). Trier, Germany: WVT.
- Busse, B. (2019) Patterns of discursive urban place-making in Brooklyn, New York. In Viola Wiegand and Michaela Mahlberg (Eds), *Corpus Linguistics, Context and Culture*, pp. 13-41.

- Bush, G. (2001a). Statement by the President in His Address to the Nation. The White House, Office of the Press Secretary. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010911-16.html> [consultado a 21 de março de 2021].
- Bush, G. (2001b). President's Remarks at National Day of Prayer and Remembrance. In *The White House Archives*. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010914-2.html> [consultado a 21 de março de 2021].
- Bush, G. (2001c). President's Remarks at National Day of Prayer and Remembrance. In *The White House Archives*. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/09/20010914-2.html> [consultado a 21 de março de 2021].
- Bush, G. (2001d). President Bush's address to a joint session of Congress and the nation. In *Washington Post World News*. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress\\_092001.html](https://www.washingtonpost.com/wp-srv/nation/specials/attacked/transcripts/bushaddress_092001.html) [consultado a 22 de março de 2021].
- Bush, G. (2002). Text of President Bush's 2002 State of the Union Address. In *The Washington Post*. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/onpolitics/transcripts/sou012902.htm> [consultado a 22 de março de 2021].
- Buzan, B.; Waever, O. and Wilde, J. (1998) *Security: A new framework for analysis*. Boulder: Lynne Rienner Publishers. Chapters 1: Introduction and 2: Security Analysis: Conceptual Apparatus. 5.
- Chayes, A., & Chayes, A. H. (1995). *The New Sovereignty: Compliance with International Regulatory Agreements*. By Abram Chayes and Antonia Handler Chayes. Cambridge MA, London: Harvard University Press.
- Chilton, P. (1985) *Language and the Nuclear Arms Debate: Nukespeak Today*. London: Pinter.
- Chomsky, N. (2004) Chapter 2 Imperial Grand Strategy. In Noam Chomsky, *Hegemony or Survival: America's Quest for Global Dominance* (pp.11-49). New York: Henry Holt and Company.

- Clegg, S. R. (1989) *Frameworks of Power*. London: Sage.
- Costa, A. (2013). O fantasma estruturalista e a Análise de Discurso Crítica. *Discursos Contemporâneos Em Estudo*, Vol. 1(2), pp. 9-24.
- De Beaugrande, R. (1991). Language and the Facilitation of Authority: The Discourse of Noam Chomsky. *Journal of Advanced Composition*, 11(2), 425-442.
- Dewan, N. (2020). State Responses to COVID-19 and Implications for International Security. *ORF Issue Brief*. No. 399, 2-15.
- Domhoff, G. W. (1978) *The Powers That Be: Processes of Ruling Class Domination in America*. New York: Random House (Vintage Books).
- Drezner, D. W. (2020). The Song Remains the Same: International Relations After COVID-19. *International Organization – The IO Foundation*. 74, 1-18.
- Dunne, T., Kurki, M. and Smith, S. (2010) *International Relations Theories – Discipline and Diversity*. 3rd Edition, Oxford: University Press.
- EC 1. (1791). Primeira Emenda da Constituição Americana. Disponível em: <https://constitution.congress.gov/browse/amendment-1/> [consultado a 10 de agosto de 2021].
- Eco, U. (2007). Como se faz uma tese em Ciências Humanas? (13.<sup>a</sup> Ed.). (Trad.) Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. Lisboa: Editorial Presença.
- Edward, J. A., & Weiss, D. (Eds). (2011). *The rethoric of American exceptionalism: Critical essays*. Jefferson, NC: McFarland & Company.
- Fairclough, N. (1985) ‘Critical and Descriptive Goals in Discourse Analysis’, *Journal of Pragmatics* 9: 739-763.
- Fairclough, N. & Mulderrig, J. & Wodak, R. (1997). Critical discourse analysis. *Discourse Studies: A Multidisciplinary Introduction*. Vol.2, pp. 357-378.
- Fairclough, N. (2001 [2008]). *Discurso e mudança social*. Brasília: Ed. UNB - tradução de *Discourse and Social Change*, de 1992.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing Discourse: Textual Analysis for Social Research*. London: Routledge.

- Fairclough, N. (2009). “A dialectical-relational approach to critical discourse analysis in social research” in R. Wodak and Michael Meyer (eds) *Methods of Critical Discourse Analysis*. Sage Publications, pp. 162-186.
- Ferreira-Rosa, I., Mesquita, D., Carvalho, S. (2011). (Re)ler e (res)significar Pêcheux em relação a Althusser. *Alfa: Revista de Linguística: São Paulo*. Vol. 55 N.º1, pp. 249-269.
- Foucault, M. (1969). *The Archaeology of Knowledge*. Trans. A. M. Sheridan Smith. London and New York: Routledge, 2002.
- Fowler, R. (1985). Power. In T. A. Van Dijk (ED.), *Hanbook of discourse analysis* (pp. 61-82). Orlando, FL: Academic Press, Inc.
- Haselton, M. G. & Buss, D. M. (2003). *Biases in judgment: Design flaws or design feautres?* In J. P. Forgas, K. D. Williams, & W. von Hippel (Eds.), *Social judgments: Implicit and explicit processes* (p. 23-43). Cambridge University Press.
- Freire, R., Vinha, L. d. (2011). “Política externa: modelos, actores e dinâmicas” in M. R. Freire (Ed.), *Política Externa – As Relações Internacionais em Mudança* (pp.13-54). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gilmore, J. (2015). *American Exceptionalism in the American Mind: Presidential Discourse, National Identity, and U.S. Public Opinion*. *Communication Studies*, 66(3), 301–320.
- Global Times (2020, 10 de fevereiro). Xi Vows to Win People’s War against Novel Coronavirus”. *Global Times*. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/content/1179056.shtml> [consultado a 20 de maio de 2021].
- Gramsci, A. (1971) *Selections from the Prison Notebooks*. New York: International Publishers.
- Guzzini, S. (2013) “The Ends of International Relations Theory: Stages of Reflexivity and Modes of Theorizing”, *European Journal of International Relations*, vol. 19, n. 3, pp. 521-41.

- Guzzini, S. (2015) A dual history of 'securitization'. DIIS Working Paper. 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/280530575\\_A\\_dual\\_history\\_of\\_'securitization](https://www.researchgate.net/publication/280530575_A_dual_history_of_'securitization) [consultado a 10 de maio de 2021].
- Hall, S., Lemley, B and McLennan, G. (1977) "Gramsci on Ideology", in Centre for Contemporary Cultural Studies (ed.) *Politics and Ideology: Gramsci*, pp. 45-76. London: Hutchinson.
- Haselton, M. G. & Buss, D. M. (2003). *Biases in judgment: Design flaws or design features?* In J. P. Forgas, K. D. Williams, & W. von Hippel (Eds.), *Social judgments: Implicit and explicit processes* (p. 23-43). Cambridge University Press.
- Hathaway, O. A. (2002). Do Human Rights Treaties Make a Difference?. Yale Law Journal, Vol. 111: 1942-1955. Boston University. School of Law Working Paper N.º 02-03. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=311359> [consultado a 10 de agosto de 2021].
- Herman, E. S. and Chomsky, N. (1988) *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*. New York: Pantheon Books.
- Holsti, K. J. (2010) Exceptionalism in American foreign policy: Is it exceptional?. *European Journal of International Relations*, 17(3): 381-404. Sage Publications. University of British Columbia, Canada.
- Holsti, O. R. (2006) *Theories of International Relations. Making American Foreign Policy*. Taylor and Francis Group, New York, pp. 313-344.
- Homan, R. (1991). *The ethics of social research*. Londres: Longman.
- Ignatieff, M. (2005). *American Exceptionalism and Human Rights*. USA: Princeton University Press.
- Jackson, R. (2005). *Writing the War on Terrorism: Language, Politics and Counter-terrorism*. Palgrave, Manchester University Press.
- Johnston, L. M. (2005) 'Narrative Analysis', in Daniel Druckman (ed.) *Doing Research: Methods of Inquiry for Conflict Resolution*, Thousand Oaks: Sage Publications.

- Johnson, T., Avery, P. G. (1999). The Power of the Press: A Content and Discourse Analysis of the United States History Standards as Presented in Selected Newspapers. *Theory & Research in Social Education*, 27:4, 447-471.
- Kaldor, M. (2013). In Defense of New Wars. *Stability: International Journal of Security and Development*. Vol. 2(1): 4, pp. 1-16. The London School of Economics and Political Science.
- Katz, T. (2019). The White Knight of Jones Country: American Monomyth and White Savior Narratives in Free State of Jones. *The Popular Culture Studies Journal*, 7(2), 6-24. Disponível em: <https://mpcaaca.org/the-popular-culture-studies-journal/pastissues/vol-7-no-2/> [consultado a 20 de julho de 2021].
- Kavoori, A. P., Fraley, T. (2006). *Media, Terrorism, and Theory. A Reader*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers Inc.
- Kelsey, D. (2015). *Media, Myth and Terrorism – A Discourse-Mythological Analysis of the ‘Blitz Spirit’ in British Newspaper Responses to the July 7th Bombings*. Palgrave Macmillan.
- Koh, H. H. (2002). A United States Human Rights Policy for the 21st Century. *The Saint Louis University Law Journal*, Vol. 46, N.º 2, pp. 293-344. Disponível em: <https://scholarship.law.slu.edu/lj/vol46/iss2/4/> [consultado a 12 de agosto de 2021].
- Koh, H. H. (2003). On American Exceptionalism. *Faculty Scholarship Series*. Paper 1778, 1479- 1527.
- Koh, H. H. (1998). The 1998 Frankel Lecture: Bringing International Law Home. *Yale Law Journal*, Vol. 35, N.º 3, 623-682. *Houston Law Review*. Disponível em: [https://digitalcommons.law.yale.edu/fss\\_papers/2102/](https://digitalcommons.law.yale.edu/fss_papers/2102/) [consultado a 7 de agosto de 2021].
- Lipset, S. M. (1996). *American exceptionalism: A double-edged sword*. New York, NY: W. W. Norton.
- Lukes, S. (Ed.) (1986) *Readings in Social and Political Theory: Power*. New York: New York University Press.
- Messerschmidt, J. W. (2020, dezembro 30). Donald Trump, Dominating Masculine Necropolitics, and Covid-19. *Sage Journals*,

- Mey, J. (1985) *Whose Language: A Study in Linguistic Pragmatics*. Amsterdam: Benjamins.
- Miller, J. M. (2007). Conceptualizing the Hijacking Threat to Civil Aviation. *Criminal Justice Review*, 32(3), 209-232.
- Miller Center, (2021). January's 8, 1918: Wilson's "Fourteen Points" Transcript. In Presidential Speeches – Woodrow Wilson Presidency. Miller Center (UVA). Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-8-1918-wilsons-fourteen-points> [consultado a 10 de agosto de 2021].
- Mills, C.W. (1956) *The Power Elite*. London: Oxford University Press.
- Muntean, N. (2009). Viral terrorism and terrifying viruses: the homological construction of the 'war on terror' and the avian flu pandemic. *International Journal of Media and Cultural Politics*. 5 (3), 199-216.
- Neo, R. (2020). Securitization of the President: Trump as national security threat. Cambridge Review of International Affairs.
- Nye, J. S. (2002). *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone*. Oxford University Press.
- Nye, J. S. (2009) *Understanding International Conflicts*. 7. ed. New York: Pearson.
- Obama, B. (2013, setembro 10). Remarks by the President in Address to the Nation on Syria. In The White House President Obama Archives – Briefing Room: Speeches & Remarks. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2013/09/10/remarks-president-address-nation-syria> [consultado a 20 de julho de 2021].
- Omizzolo, M., Sodano, P. (2020). The Covid-19 Between State of Emergency and Exception in Italy and Its Consequences on Human Rights. *European Journal of Social Sciences*. 3 (2), 136-145.
- Ourdocuments (2021). Transcript of President George Washington's Farewell Address (1796). In *Ourdocuments*. Disponível em:

<https://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=false&doc=15&page=transcript>

[consultado a 10 de agosto de 2021].

Pêcheux, M. (1975) “Les Vérités de la Palice. Linguistique, Semantique, Philosophie.” 1.<sup>a</sup> Ed. Paris, Maspero. Tradução de E. P. Orlandi., *et al.* “Semântica e Discurso. Uma Crítica à Afirmação do Óbvio”. Campinas, Unicamp: 2009.

Pedro, J. (2011). The Propaganda Model in the Early 21st Century – Part I. *International Journal of Communication*, vol 5, 1932-8036.

Picard, R. G. (1991) “News Coverage as the Contagion of Terrorism: Dangerous Charges Backed by Dubious Science,” in A. O. Alali and K. K. Eke (eds) *Media Coverage of Terrorism: Methods of Diffusion* (London: Sage), pp. 49-62.

Politwoops. (2020) Deleted Tweets From Donald J. Trump, R-Fla. Pro Publica Inc. Disponível em: <https://projects.propublica.org/politwoops/user/realDonaldTrump> [consultado a 20 de abril de 2021].

Powell, K. A. (2011). Framing Islam: An Analysis of U.S. Media Coverage of Terrorism Since 9/11. *Routledge: Communication Studies*. 62 (1), 90-112.

Rae, B. (2005). *Lessons to be learned – Report of the Honourable Bob Rae*. Government of Canada: Public Safety Canada. Disponível em: <https://www.publicsafety.gc.ca/cnt/rsrscs/pblctns/lssns-lrnd/index-en.aspx> [consultado a 1 de setembro de 2021].

Ridley, D. (2012). *The Literature Review: A Step-by-Step Guide for Students* (2.<sup>a</sup> ed.). Edition. British Library: Sage Publications.

Roberts, A. (1999). NATO’s ‘Humanitarian War’ over Kosovo. *Survival – Global Politics and Strategy*. Vol. 41, N. ° 3, pp. 102-123.

Rogers, K. (2020, March 17). Trump now claims he always knew the coronavirus would be a pandemic. *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/03/17/us/politics/trump-coro-navirus.html> [consultado a 22 de março de 2021].

Rutledge, P. E. (2020). Trump, COVID-19, and the War on Expertise. *The American Reviv of Public Administration*. 50 (6-7), pp. 505-511.

- Senehi, Jessica (2002) "Constructive Storytelling: A Peace Process," *Peace and Conflict Studies*: Vol. 9 : No. 2 , Article 3.
- Silverstein, S. (2002). *War of Words: Language, Politics and 9/11*. Routledge.
- Simmons, B. K. (1991) "US Newsmagazines' Labeling of Terrorists" in A. O. Alali and K. K. Eke (eds) *Media Coverage of Terrorism: Methods of Diffusion* (London: Sage), pp. 23-39.
- Spiro, P. J. (2000). The New Sovereignists – American Exceptionalism and Its False Prophets. *Foreign Affairs – Council on Foreign Relations*. 79(6), 9-15.
- Steiner, E. (1985) 'Towards a Critical Linguistics', in P. Chilton (ed) *Language and the Nuclear Arms Debate: Nukespeak Today*, pp. 213-230. London: Pinter.
- Trump, D. (2020a). "March 11 What President Donald Trump told Americans about coronavirus". In *Reuters*. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/health-coronavirus-trump-text-idUSL1N2B5079> [consultado a 20 de agosto de 2021].
- Trump, D. (2020b). "March 11, 2020: Statement on the Coronavirus". In *Presidential Speeches – Donald Trump Presidency*, Miller Center (UVA). Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/march-11-2020-statement-coronavirus> [consultado a 24 de março de 2021].
- Trump, D. (2020c). "Remarks by President Trump, Vice President Pence, and Members of the Coronavirus Task Force in Press Briefing". US Embassy. Disponível em: <https://ge.usembassy.gov/remarks-by-president-trump-vice-president-pence-and-members-of-the-coronavirus-task-force-in-press-briefing-march-29/> [consultado a 20 de março de 2021].
- Tyrrell, I. (1991). American Exceptionalism in na Age of International History. *The American Historical Review*. 96(4). 1031.
- Van Dijk, T. A. and Kintsch, W. (1983) *Strategies of Discourse Comprehension*. New York: Academic Press.
- Van Dijk, T. A. (1989) 'Social Cognition and Discourse', in H. Giles and R. P. Robinson (Eds), *Handbook of Social Psychology and Language*, pp. 161-196. New York: Academic Press.

- Van Dijk, T. A. (1993) *Principles of Critical Discourse Analysis*. Discourse & Society: University of Amsterdam. SAGE (London. Newbury Park and New Delhi), vol. 4(2): 249-283.
- Van Dijk, T. A. (1995). 'Discourse, power and access', in C. R. Caldas-Coulthard and M. Coulthard (Eds.), *Texts and Practices – Readings in Critical Discourse Analysis*, pp. 84-104. London: Routledge.
- Van Dijk, T. A. (Ed.) (1997). *Discourse as social interaction: Discourse studies: A multidisciplinary introduction*, Vol. 2. London: Sage Publications, Inc.
- Van Dijk, T. A. (2006). Discourse, context and cognition. *Discourse Studies*, 8(1), 159-177.
- Vox. (2020, 25 de junho). The head of US broadcasting is leaning toward pro-Trump propaganda. Biden would fire him. Disponível em: <https://www.vox.com/2020/6/25/21302625/joe-biden-president-voice-america-fire-michael-pack> [consultado a 25 de maio de 2021].
- Waeber, O. (2015). 'The Theory Act; responsibility and exactitude as seen from securitization', *International Relations*, 29:1, 121-127.
- Wadhams, N., Jacobs, J., Sink, J., & Lauerman, J. (2020, May 5). Trump, Pompeo back theory Wuhan lab to blame for COVID. U.S. Intelligence Is Less Convinced. Bloomberg News. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2020-05-05/trump-pushes-virus-from-china-lab-theory-that-divides-u-s-spies> [consultado a 22 de março de 2021].
- Wilson, E. J. (2008). Hard Power, Soft Power, Smart Power. *ANNALS of the American Academy of Political and Social Sciences*, Issue 616, pp. 110-124.
- Winslade, J. and Monk, G. D. (2000) *Narrative Mediation: A New Approach to Conflict Resolution*. San Francisco, CA: Jossey-Bass.
- Wodak, R. (1989) *Language, Power and Ideology*. Amsterdam: Benjamins.
- Wodak, R. (1997). *Gender and Discourse* by Ruth Wodak (Ed.). London: Sage Publications.

Wodak, R & Meyer, M. (2015) "Critical discourse studies: history, agenda, theory and methodology" in R. Wodak and M. Meyer (eds) *Methods of Critical Discourse Studies 3rd Edition*. Sage Publications, pp. 1-23.

Zoellick, R. B. (1999). Congress and the Making of US Foreign Policy. *Survival*, 41:4, pp. 20-41.